



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

<b>EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP</b> <b>Nº 31/2022</b>	
<b>OBJETO</b>	Formação de registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, compreendendo a pesagem, o transporte, eventual armazenamento temporário e a destinação final adequada, <b><u>a fim se suprir as necessidades dos órgãos gestor e partícipes</u></b> , nos termos e condições estabelecidos neste edital e seus anexos integrantes.
<b>RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS</b>	<b>Das 08h00min do dia 15 de agosto de 2022 até às 14h30min do dia 26 de agosto de 2022</b> , no sítio <a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a> (UASG 070024), devendo ser observado o horário oficial de Brasília.
<b>ABERTURA DAS PROPOSTAS</b>	As propostas serão abertas no sítio <a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a> (UASG 070024), <b>às 14h30min do dia 26 de agosto de 2022</b> . A sessão pública será operada sistema no comprasnet, por meio do Portal de Compras do Governo Federal.
<b>ENDEREÇO DO TRE-RO</b>	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Endereço: Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa União CEP 76.805-901 Porto Velho – Rondônia Telefones: (69) 3211-2165/2168/2082 <b>Internet:</b> <a href="http://www.tre-ro.jus.br">www.tre-ro.jus.br</a>
<b>PREGOEIROS</b>	ANDERCLEDSON REIS HERMENSON PEREIRA DA SILVA JHONATHA SOUZA FONSECA  <b>E-MAIL:</b> <a href="mailto:licitacao@tre-ro.jus.br">licitacao@tre-ro.jus.br</a>



## Sumário

1. PREÂMBULO .....	3
2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES .....	3
3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	4
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO .....	4
5. DA FORMA E DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS .....	7
6. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	8
7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES .....	9
8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS .....	10
9. DA HABILITAÇÃO .....	12
10. DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO .....	15
11. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP .....	17
12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO .....	17
13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA .....	18
14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	19
15. DO CONTRATO .....	22
16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE .....	22
17. DO PAGAMENTO .....	22
18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	22
19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	23



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº XX/2022  
(PROCESSO Nº 0002221-59.2021.6.22.8000)**

**1. PREÂMBULO**

**1.1.** A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, através de seu **PREGOEIRO**, designado pela Portaria nº 160/2022, expedida pela Direção-Geral deste Tribunal, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO** por item, na forma de execução **INDIRETA**, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, consoante as condições estatuídas neste edital e seus anexos.

**1.2.** Esta licitação será regida pela Lei Complementar n. 123/2006, pela Lei nº 10.520/02, pelos Decretos Federais nº 7.892/2013, 8.538/2015 e 10.024/19 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, além do previsto no **ANEXO VIII - Termo de Referência**.

**1.3.** A sessão pública deste Pregão Eletrônico será operada sistema no Comprasnet, por meio do Portal de Compras do Governo Federal ([www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)), e terá início com a divulgação das Propostas de Preços recebidas, **às 14h30min do dia 26 de agosto de 2022**, horário oficial de Brasília/DF.

**2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

**2.1.** O edital estará disponível a partir das **08h00min do dia 15 de agosto de 2022**:

- a) no sítio eletrônico da internet [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) (UASG 070024)
- b) no sítio eletrônico da internet <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2022> ou, ainda,
- c) mediante solicitação formal pelo e-mail [licitacao@tre-ro.jus.br](mailto:licitacao@tre-ro.jus.br).

**2.2.** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar os termos do edital no prazo de até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

**2.3.** Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação ao edital, devidamente identificados, serão realizados **exclusivamente por meio eletrônico** e deverão ser apresentados ao Pregoeiro através do endereço: [licitacao@tre-ro.jus.br](mailto:licitacao@tre-ro.jus.br).

**2.4.** O Pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido.

**2.5.** Os questionamentos serão respondidos e publicados em ordem sequencial na página da internet do TRE/RO, no endereço <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2022> e na página de compras na internet do Governo Federal, no endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) (UASG 070024). As respostas vincularão os participantes e a administração, sendo dever das empresas licitantes acompanhá-las, não podendo alegar desconhecimento.

**2.6.** Havendo qualquer modificação no edital, será exigida divulgação pelo mesmo instrumento de publicação, no qual se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.



### 3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**3.1.** A presente licitação tem como objeto formação de registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I – PERIGOSOS, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, compreendendo também a pesagem, o transporte, eventual armazenamento temporário e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos produzidos pelos seguintes órgãos GERENCIADOR e PARTÍCIPE, nos exatos termos e condições estabelecidos neste edital e seus anexos integrantes.

**3.2.** Por se tratar de formação de registro de preços, o quantitativo especificado no termo de referência é estimado e assim deverá ser contratado, de forma a não obrigar a Administração a executar sua totalidade durante a vigência do ajuste a ser celebrado, o fazendo de acordo com suas necessidades e disponibilidade orçamentária.

**3.3.** O objeto desta licitação completa-se com as especificações, termos e condições estabelecidos nos anexos deste edital, TODOS de observância obrigatória.

**3.4. No caso de eventuais divergências entre a descrição do serviço constante no Termo de Referência e o respectivo código do Catálogo de Serviço (CATSERV) do sistema SIASG/COMPRASNET, prevalece a descrição estabelecida no Termo de Referência.**

**3.5.** Integram o registro de preços:

a) ÓRGÃO GERENCIADOR: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) - Código da UASG: 070024.

b) ÓRGÃOS PARTICÍPIES:

I - Procuradoria da República no Estado de Rondônia - Código da UASG: 200046;

II - Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia - Código da UASG: 090025;

III - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - Código da UASG: 935002;

IV - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - Código da UASG: 925006;

V - Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região - Código da UASG: 200095;

VI - Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Código da UASG: 080015.

**3.5.1.** Compete aos órgãos gerenciador e partícipe, nessa condição, as atribuições previstas no Decreto 7.892/2013.

**3.6.** As despesas decorrentes da eventual contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento de cada órgão (gerenciador e partícipe).

### 4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

**4.1.** Poderão participar desta licitação quaisquer empresas do ramo que:

a) estejam previamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) – a qual atuará como órgão provedor do sistema eletrônico “COMPRASNET”;

a.1) o credenciamento no SICAF, no nível básico ou nível I, é requisito obrigatório para participação no pregão eletrônico, uma vez que se constitui em credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET;

b) possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;



c) manifestarem a ciência e concordância com as condições contidas neste edital e que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que suas propostas estão em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.

**4.1.1.** O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, junto à SLTI dar-se-á mediante o seu prévio registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, no Nível I - CREDENCIAMENTO, que é o nível básico do registro cadastral no SICAF, para participação em licitações eletrônicas.

**4.1.2.** Após o cadastro no SICAF, o fornecedor deverá se cadastrar no Comprasnet para participar das licitações eletrônicas.

**4.1.3.** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/RO responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.1.4.** O credenciamento perante o provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**4.1.5.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

**4.1.6.** A verificação de que a licitante possui registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação poderá ser feito em qualquer fase da licitação mediante solicitação de apresentação de cópia do ato constitutivo ou consulta dos registros no SICAF.

**4.1.7.** A manifestação da licitante de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório, deverá ser feita em campo próprio do sistema eletrônico.

**4.2.** No presente certame será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, Lei Complementar n. 147/2014 e Decreto Federal n. 8.538/2015.

**4.2.1.** Para usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, a licitante deve, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, declarar sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006.

**4.2.2.** O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, diligenciar no sentido de verificar se a licitante declarante está devidamente enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

**4.3.** Não poderão participar deste pregão eletrônico pessoas jurídicas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) não possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- b) que, em regime de **consórcio**, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- c) que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação, salvo se comprovar que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005;
- d) em cumprimento de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93) imposta por este Tribunal desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, (Acórdão TCU n. 3.243/2012-Plenário e Acórdão TCU n. 2.242/2013 – Plenário)
- e) em cumprimento de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Federal (art. 7º, da Lei nº 10.520/02), imposta por qualquer órgão ou entidade no âmbito interno da União (Acórdão TCU n. 2.242/2013).
- f) que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- g) empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98 (Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente);
- h) estrangeiras não autorizada a funcionar no País;
- i) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- j) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

**4.4.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou do fornecimento de bens a ela necessária, servidor ou dirigente do TRE/RO.

**4.4.1.** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o servidor ou dirigente e a licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

**4.5.** Pregoeiro procederá à desclassificação, recusa da proposta ou a inabilitação da licitante, conforme fase em que se encontre a licitação, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) participação no certame de empresa que não possua registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;





- b) declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta com as exigências deste instrumento convocatório; e
- c) declaração falsa relativa a atendimento dos requisitos para gozo dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 ou relativa a qualquer outro benefício ou preferência.
- d) participação no certame de empresa enquadrada em quaisquer das hipóteses previstas nas alíneas do item 4.3 e 4.4 deste edital.

## 5. DA FORMA E DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

**5.1.** Após a divulgação do edital, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, os licitantes deverão apresentar propostas, **ACOMPANHADAS DOS ANEXOS DE PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

**5.1.1.** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**5.1.2.** Uma vez aberta a sessão, os licitantes acham-se vinculados às suas propostas. Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceitos pelo Pregoeiro.

**5.2.** A proposta deverá descrever, no espaço reservado pelo Sistema Eletrônico, a especificação do objeto ofertado, a qual deverá estar em conformidade com as especificações, termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sob pena de possível desclassificação.

**5.2.1.** A proposta registrada no Sistema Comprasnet deverá conter o **PREÇO UNITÁRIO DE CADA ITEM**, expresso em moeda corrente nacional, obtido pelo adequado preenchimento do **ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA**.

**5.2.2.** Constitui **ANEXO OBRIGATÓRIO DE PROPOSTA** a apresentação proposta comercial e declarações, a ser elaborada e apresentada nos moldes do **ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA**.

**5.2.2.1.** O anexo obrigatório de proposta deve ser apresentado nos termos do item 5.1, quando do cadastramento da proposta no sistema comprasnet.

**5.2.2.2.** Em virtude do ANEXO I se tratar de modelo de proposta, poderá a licitante adotar modelo próprio, DESDE QUE CONSTANTES as informações ali solicitadas, cuja ausência poderá sujeitar a proposta à recusa.

**5.3.** Salvo se exigido pelo edital ou pelo Pregoeiro, é facultado aos licitantes encaminhar descrição complementar às especificações contidas no edital, bem como material e documentos complementares à sua proposta. Todavia, eventualmente apresentados, vinculará a aceitação e execução do objeto.

**5.3.1.** A descrição, os materiais e os documentos complementares deverão apenas acrescentar características e especificações à descrição originalmente definida no edital para o objeto, não podendo, sob pena de **DECLASSIFICAÇÃO/RECUSA DA PROPOSTA PARA O ITEM**, conter elementos que contrariem as características e especificações do objeto estabelecidas originalmente no edital, reduzindo a sua qualidade ou utilidade.

**5.4.** Os valores apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, entrega/frete, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

**5.4.1.** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexequível, serão considerados como inclusos no preço, não sendo considerados pleitos de ajustes, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser realizado sem ônus adicionais.

**5.5.** Em nenhuma hipótese, poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer condição que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo:

- a) no que tange aos valores ofertados de cada item, do objeto, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame ou durante a negociação;
- b) no caso de diligências e ajustes que não importem em modificação da proposta.

**5.6** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas.

**5.7.** O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da Sessão Pública.

**5.7.1.** Ficará suspenso esse prazo pela eventual interposição de recurso, até a sua decisão final;

**5.7.2.** Em havendo negociação para redução de valores ou ajuste na proposta, o prazo passará a contar da negociação ou da apresentação da proposta atualizada.

**5.7.3.** O prazo de validade da proposta poderá ser prorrogado por acordo entre as partes.

**5.7.4.** Considera-se não escrito o prazo de validade de proposta inferior ao estipulado, prevalecendo, nesse caso, o mínimo estabelecido neste edital.

**5.7.5.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

## **6. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**6.1.** O Pregoeiro, através do Sistema Eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas e encaminhadas, no prazo avençado.

**6.2.** Serão previamente desclassificadas, não havendo possibilidade de as respectivas licitantes participarem da fase de oferecimento de lances e sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital as propostas que:

- a) não atenderem às especificações do edital, seja por omissão, irregularidades ou defeitos insanáveis; e
- b) contenham quaisquer elementos que possam identificar as licitantes.

**6.2.1.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



## 7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

**7.1.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, cujos valores consignados e horários de seus registros serão informados em tempo real a todas as licitantes participantes, mantendo-se em sigilo a identificação da licitante ofertante.

**7.1.1.** Assim como as propostas, os lances serão ofertados considerando o **PREÇO UNITÁRIO DE CADA ITEM**, expresso em moeda corrente nacional, obtido pelo adequado preenchimento do **ANEXO I**.

**7.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, as regras de aceitação e o intervalo mínimo de **1,00% (um por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

**7.3.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, observados os termos do item 7.2.

**7.4.** Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.5.** No transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

**7.6.** Será adotado o **modo de disputa aberto**, no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos.

**7.6.1.** Após o prazo do item 7.6, a etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.6.2.** Novas prorrogações sucessivas de dois minutos ocorrerão sempre que houver lances enviados no período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**7.6.3.** Encerrada a fase de lances sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

**7.7.** No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes, para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.7.1.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e, nesse caso, será reiniciada somente depois de decorrido o prazo mínimo de vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2022>.

**7.8.** Os lances apresentados e não excluídos pelo Pregoeiro são de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração ou desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste edital.

**7.9.** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério



estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

**7.9.1.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no item 7.9, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio realizado pelo sistema eletrônico.

## **8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**8.1.** Encerrada a fase de lances da sessão pública, o Pregoeiro iniciará o julgamento da aceitabilidade das propostas apresentadas em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital e aos preços estimados pela Administração para cada um dos itens.

**8.2.** No julgamento de classificação e aceitação das propostas, será adotado o critério de **PREÇO UNITÁRIO DE CADA ITEM**, obtido pelo adequado preenchimento do **ANEXO I**.

**8.2.1.** A não apresentação pelo licitante dos documentos elencados no item 5.2.2 deste Edital importará na recusa de sua proposta para o item em julgamento.

**8.3.** A aceitação da proposta está condicionada à compatibilidade do seu **VALOR** ofertado com aqueles estimados pela Administração e à consonância desses valores com aqueles praticados no mercado, sem prejuízo do atendimento às exigências expressas neste instrumento convocatório e seus anexos, especialmente àquelas relativas aos prazos máximos para execução dos serviços, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos.

**8.4.** Obtida uma proposta que atenda às exigências do edital, o Pregoeiro iniciará a negociação do preço, observada a ordem de classificação, encaminhando pelo Sistema Eletrônico, via chat, contraproposta à licitante, com o objetivo de obtenção da melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

**8.5.** No caso de oferta de preço demasiadamente inferior àquele estimado pela Administração e aos praticados pelo mercado, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a comprovação documental idônea da exequibilidade da proposta (exceto quando os preços referirem-se a materiais de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração) bem como, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, realizar as diligências que entender necessárias e suficientes para verificar a exequibilidade da proposta analisada, sendo considerados preços manifestamente inexequíveis aqueles que não comprovarem ser suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

**8.5.1.** Verificada proposta presumidamente inexequível, a proponente será convocada via chat a apresentar, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de recusa da proposta:

- a) documentação idônea comprovando que o valor da proposta é suficiente para cobrir, pelo menos, todos os custos da contratação;
- b) Planilha com todos os custos.

**8.5.2.** O prazo previsto para comprovação de exequibilidade da proposta poderá ser prorrogado, mediante pedido da empresa licitante, desde que o pedido seja devidamente justificado. O prazo total, incluindo a prorrogação, será de até 5 (cinco) dias úteis.

**8.6.** Encerrada a negociação, restando esta **infrutífera, com preço julgado inaceitável**, o Pregoeiro recusará a proposta da licitante que ofertou o menor preço para o item em julgamento e passará a

apreciar a proposta da licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda às exigências deste edital.

**8.7.** Encerrada a negociação, restando esta frutífera, com preço julgado aceitável, o Pregoeiro solicitará, **se for o caso**, o ANEXO DE PROPOSTA somente ao licitante detentor da proposta válida, de menor preço, que esteja em análise, fazendo uso da opção CONVOCAR ANEXO, informando o sistema na tela do Pregoeiro na coluna “ANEXO”, o *link* “CONVOCADO”.

**8.7.1.** O Sistema encaminhará, via CHAT, mensagem de convocação para apresentação de anexos de proposta ao licitante selecionado, momento do qual passará a contar o prazo máximo de até 2 (duas) horas para apresentação do anexo de proposta solicitado, o que deverá ser feito por meio do *link* ANEXAR, disponível ao licitante.

**8.7.2.** Dentro do prazo concedido, o Pregoeiro poderá fazer uso da função CONVOCAR ANEXO quantas vezes forem necessárias, não caracterizando prorrogação.

**8.7.3.** Realizada a entrega do anexo de proposta por parte do licitante, o *link* CONVOCADO do Pregoeiro e o *link* ANEXAR dos demais fornecedores passarão a ter a função de CONSULTAR.

**8.7.4.** O ônus da apresentação dos anexos de proposta, comprovações e documentação complementar é da empresa licitante, cabendo-lhe a responsabilidade pela escolha dos arquivos, a verificação de todas as condições necessárias, inclusive formato, tamanho e quantidade dos arquivos escolhidos, bem como a adequada operação do sistema e o acesso à internet.

**8.8.** Havendo necessidade de apresentação de documentos complementares para confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados pelo licitante que apresentou o menor preço, seja para verificar o atendimento às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital, ou documento ausente, comprobatório de condição pré-existente atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais documentos de proposta, por equívoco ou falhas ou, ainda, por outros motivos devidamente justificados, o Pregoeiro poderá solicitar a essa licitante, através do Sistema COMPRASNET – Opção CONVOCAR ANEXO, a documentação necessária, no prazo e forma previstos no item 8.7., prorrogável, a critério do Pregoeiro.

**8.8.1.** O prazo para envio da documentação complementar previsto no item 8.8 poderá correr simultaneamente com o prazo previsto no item 8.7.1.

**8.8.2.** O não envio pelo licitante do anexo solicitado, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, importará na recusa de sua proposta para o item em julgamento.

**8.8.3.** O anexo apresentado poderá ser submetido à análise da unidade técnica competente para o objeto desta licitação, a qual manifestar-se-á formalmente quanto ao atendimento ou não do serviço ofertado em relação às especificações técnicas definidas neste edital.

**8.9.** Será recusada a proposta:

- a) manifestamente inexecutável, se a proponente não comprovar robustamente a exequibilidade quando solicitada pelo Pregoeiro;
- b) cujo valor encontre-se acima do preço praticado no mercado, refletido por meio de pesquisa de preços constante nos autos;
- c) que não atender às especificações e exigências estabelecidas no edital;
- d) se a proponente não apresentar comprovações, documentação complementar e anexos e/ou não atender diligências solicitados pelo Pregoeiro;

e) se a licitante expressamente abrir mão do prazo estipulado pelo Pregoeiro para comprovações, complementações e diligências.

**8.11.** Obtida proposta que atenda aos requisitos do edital, o Pregoeiro procederá à aceitação e passará à Fase de Habilitação.

**8.12.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferição da exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo fundamentar seu requerimento, o qual terá pertinência das alegações apresentadas analisada pelo Pregoeiro.

## 9. DA HABILITAÇÃO

**9.1.** Para habilitação da licitante que teve a proposta aceita na fase de negociação/aceitação de proposta exigir-se-á documentação relativa a:

- a) habilitação jurídica;
- b) qualificação técnica;
- c) qualificação econômico-financeira;
- d) regularidade fiscal e trabalhista (Lei n. 12.440/11); e
- e) declarações legais.

**9.2.** Os documentos a serem apresentados para comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA** são os seguintes:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado do rol de diretores em exercício; e
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, bem como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**9.3.** Os documentos a serem apresentados para comprovação da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** são os seguintes:

a) comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, consistente na apresentação de **no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da empresa**, comprovando a execução de serviços objeto da licitação.

a.1. considera-se atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação qualquer atividade relacionada ao gerenciamento de resíduos sólidos CLASSE I – PERIGOSOS, na forma abaixo indicada:

- a.1.1) coleta e transporte de resíduos sólidos perigosos;
- a.1.2) tratamento e disposição final ambientalmente adequada ou destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos perigosos.

a.2) somente será permitida a soma de atestados quando se tratar de execução de serviços em períodos concomitantes, realizados em um período máximo de um ano;

a.3) os atestados poderão ser originários de pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a licitante tenha prestado ou esteja prestando serviço similar de complexidade operacional equivalente ou superior;

a.4) tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado

deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório;

a.5) A licitante poderá apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração se for o caso, a fim de evitar diligências durante a fase de habilitação técnica.

b) Indicação/declaração de contratação futura de responsável técnico, conforme modelo contido no ANEXO IV: A licitante deverá indicar, caso já tenha em seu quadro de pessoal, o responsável técnico devidamente registrado no conselho de classe responsável pela fiscalização das atividades dos serviços para os quais está ofertando proposta. Caso não tenha, deverá declarar que terá o profissional em seu quadro de pessoal até a data da assinatura do contrato (Acórdãos TCU n. 800/2008 e n. 1762/2010, ambos do Plenário). **Nas duas hipóteses, acompanhada da declaração de anuência do profissional.**

b.1) Entende-se como quadro de pessoal da licitante:

b.1.1) o dirigente ou sócio;

b.1.2) o empregado;

b.1.3) o detentor de contrato de prestação de serviço.

b.2) quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante a comprovação será feita pelo ato constitutivo da empresa;

b.3) caso o profissional indicado como responsável técnico para a execução dos serviços NÃO seja dirigente ou sócio da empresa, a licitante deverá apresentar até a data da assinatura do contrato a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou outro documento idôneo da comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa;

b.4) no caso de duas ou mais licitantes apresentarem um mesmo profissional como responsável técnico como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

b.5) os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão atuar nessa condição na prestação dos serviços, admitindo-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização do órgão contratante.

c) Declaração de disponibilidade, conforme modelo contido no ANEXO V, indicando:

c.1) que disporá até a data da contratação, de todos os equipamentos e instalações adequadas para a prestação dos serviços que está apresentando proposta;

c.2) que os serviços de coleta, manuseio e transporte serão realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP (art. 15 do Decreto n. 96044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

c.3) que o transporte será realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da ABNT NBR 13221:2017 e da ABNT 12810:2020, da Licença Ambiental de Operação – LAO para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

c.4) que apresentará os documentos comprobatórios da comprovação da destinação final dos resíduos sólidos por meio do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR, de acordo com as normas da Portaria do Ministério do Meio Ambiente n. 280, de 29/06/2020..

d) Certificado de Regularidade válido, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, devendo conter a listagem das atividades previstas no Cadastro Técnico Federal relacionadas ao objeto do certame, ou para os itens que a licitante estiver





apresentando proposta, conforme art. 17, inciso II, da Lei n. 6938/81, com redação dada pela Lei n. 7804/89 e art. 8º, inciso XVII, da Lei n. 12.305/10;

e) Licença Ambiental de Operação – LAO, regular e válida, expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município - SEMA de Porto Velho (de acordo com a Lei Complementar Municipal n. 138, de 28 de dezembro de 2001 e do Decreto Municipal n. 14756, de 12 de setembro de 2017) para as atividades de coleta, transporte rodoviário municipal, armazenamento temporário e destinação final adequada de resíduos Classe I;

VI - Licença Ambiental de Operação – LAO, regular e válida, expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou órgão competente equivalente, sempre que qualquer atividade relacionada à prestação dos serviços objeto do certame NÃO seja da competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho - SEMA de Porto Velho.

NOTA: Apenas será exigida a Licença Ambiental de Operação – LAO para a destinação final, caso a licitante declare na sua proposta que ela própria fará a destinação final dos resíduos Classe I coletados. Nesse caso, a licença será expedida pelo órgão competente para a atividade de destinação final.

**9.4.** Os documentos a serem apresentados para comprovação da **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** são os seguintes:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica.

a1) Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deve apresentar, no mesmo ato, a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.

a2) A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e em seus anexos.

**9.5.** Os documentos a serem apresentados para comprovação da **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** são os seguintes:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Federal (inclusive contribuições sociais/previdenciárias), mediante certidão negativa de débitos ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.

d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.

**9.6. As declarações abaixo** deverão ser enviadas pelo licitante através do Sistema Eletrônico do COMPRASNET **no momento do envio da proposta**:

a) declaração de ciência e concordância com as regras do edital (art. 4º, VII, da Lei 10.520/02);

b) declaração da condição de ME/EPP, se for o caso (art. 13, §2º, do Decreto 8.538/15);

c) declarações de inexistência de fato superveniente (art. 32, §2º, da Lei nº 8.666/93);

d) declaração de adequada empregabilidade de menor (art. 27, V, da Lei nº 8.666/93);

e) declaração de elaboração independente de proposta (IN/MPOG nº 02, de 16/09/2009);





f) declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado (inc. III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal);

g) declaração de acessibilidade, se for o caso (art. 93 da Lei nº 8.213/91);

h) declaração de cota de aprendizagem, se for o caso (art. 429/CLT).

**9.7.** Constituem documentos complementares à habilitação, a serem obtidas pelo Pregoeiro diretamente dos sítios eletrônicos dos órgãos responsáveis:

a) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e obtenção de certidão negativa;

b) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) mantido pela da Controladoria-Geral da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>, e, utilizando o número do CNPJ da licitante, obtenção da informação de que não foram encontrados registros;

c) comprovação de inexistência de registro na Lista de Licitantes Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link [https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:4752632183492::::P3\\_TIPO\\_RELACAO:INIDONEO](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:4752632183492::::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO) e obtenção de certidão negativa.

## 10. DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

**10.1.** A apresentação dos documentos de habilitação por parte da empresa licitante deverá ser realizada através do Sistema Comprasnet, **NO MOMENTO DO CADASTRAMENTO DE SUA PROPOSTA**, por meio de chave de acesso e senha, sendo vedada a apresentação posterior de documento que deveria ter sido apresentado no momento do cadastramento da proposta no sistema.

**10.2.** O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, cuja eventual falsidade sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e na legislação regente.

**10.3.** Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, ou documento ausente, comprobatório de condição pré-existente atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha, deverão ser apresentados pelo licitante melhor classificado no prazo máximo de 02 (duas) horas, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

**10.3.1.** Para apresentação de documentação complementar, o Pregoeiro efetuará a solicitação mediante do uso da função CONVOCAR ANEXO, a qual, uma vez utilizada, informará na tela do Pregoeiro que foi aberto *link* de comunicação para envio de arquivos eletrônicos, apresentando o *status* “CONVOCADO” e encaminhará à licitante, via CHAT, mensagem de convocação para envio de anexo, registrando o horário da mesma, o qual constitui o marco inicial da contagem do prazo.

**10.3.2.** Dentro do prazo concedido, o Pregoeiro poderá fazer uso da função CONVOCAR ANEXO quantas vezes forem necessárias, não caracterizando prorrogação.

**10.3.3.** Uma vez solicitados, o ônus da apresentação dos documentos complementares é da empresa licitante, cabendo-lhe a verificação de todas as condições necessárias, inclusive formato, tamanho e quantidade dos arquivos escolhidos, bem como a adequada operação do sistema e o acesso à internet.



**10.4.** A documentação exigida para atender ao disposto no item 9.1 poderá ser obtida pelo Pregoeiro mediante consulta ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), no que couber, desde que os documentos ali constem e estejam válidos, vigentes e sem pendências;

**10.4.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser apresentados nos termos do disposto no item 10.1.

**10.4.2.** Caso seja necessária a verificação da vigência, validade ou outras comprovações dos documentos apresentados pela licitante ou dos registros no SICAF, a consulta realizada pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**10.4.3.** A empresa licitante é responsável pela manutenção das condições de habilitação durante todo o certame, devendo reapresentar documento cujo prazo de validade tenha expirado, quando convocada pelo Pregoeiro, na forma de documentação complementar.

**10.5.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente edital.

**10.6.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do próprio licitante:

- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) Documentos emitidos em nome da matriz somente serão válidas para suas filiais mediante expressa declaração do órgão emissor ou de disposição legal.

**10.7.** Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade dos documentos de habilitação apresentados com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como promover diligências e solicitar documentação complementar, o Pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

**10.7.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, será observado o intervalo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação no sistema.

**10.8.** A licitante será INABILITADA se:

- a) não apresentar a documentação exigida no edital, quando do cadastramento de sua proposta;
- b) apresentar documentação intempestiva ou por meio inadequado;
- c) verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital.
- d) não apresentar comprovações, documentação complementar e anexos e/ou não atender diligência solicitados pelo Pregoeiro;
- d) a licitante expressamente abrir mão do prazo estipulado pelo Pregoeiro para comprovações, complementações e diligências.

**10.9.** No caso de inabilitação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte do licitante posteriormente classificado, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.

**10.10.** Verificado o atendimento às exigências habilitatórias fixadas no edital, a licitante será HABILITADA e declarada vencedora.



---

## **11. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP**

**11.1.** Será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte na fase de habilitação, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, e o Decreto Federal n. 8.538/2015.

**11.2.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**11.3.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**11.4.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**11.5.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, conforme estabelece o art. 4º, inciso XV, da Lei nº 10.520/02.

**11.6.** O não-atendimento a pedido de concessão da prorrogação de prazo de que trata o subitem 11.4, devidamente requerida e justificada pela licitante, deverá ser justificado pela Administração.

**11.7.** A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, podendo ensejar a abertura de processo administrativo com vistas à aplicação de penalidade, conforme previsto no art. 7º da Lei 10.520.

**11.8** A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal e trabalhista.

## **12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**12.1.** Após declarar a vencedora do certame, o Pregoeiro deverá conceder o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante possa, imediata e motivadamente, manifestar intenção de recorrer, registrando sua manifestação no sistema.

**12.2.** A ausência de manifestação imediata e motivada no prazo de 30 (trinta) minutos implicará decadência do direito de recurso das licitantes.

**12.3.** Não havendo apresentação de intenção de recurso, o Pregoeiro poderá adjudicar o objeto da licitação à licitante vencedora.

**12.4.** Apresentada a intenção de recurso, sendo esta aceita pelo Pregoeiro, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso ao(s) licitante(s) interessado(s), ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.



**12.4.1.** As razões e contrarrazões recursais devem ser apresentadas via sistema, em campo próprio, observados os respectivos prazos.

**12.4.2.** Caso a licitante pretenda anexar documentos na etapa recursal, deverá fazer a solicitação em suas razões ou contrarrazões. O pleito será analisado pelo Pregoeiro que, se entender pertinente, fará a convocação de anexo via sistema, logo após o prazo das contrarrazões, concedendo prazo de 1 (um) dia útil para apresentação dos documentos via sistema, aplicando-se o disposto no item 10.3.3 deste edital.

**12.5.** Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

**12.6.** A falta de apresentação das razões de recurso caracterizará a desistência de recorrer, hipótese em que o Pregoeiro poderá adjudicar o objeto da licitação à licitante vencedora.

**12.7.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.8.** Decididos os recursos, a autoridade competente poderá efetuar a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e homologar o certame.

**12.9.** No momento da homologação, a autoridade competente abrirá prazo de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas, para que as demais licitantes manifestem, caso queiram, interesse em compor cadastro de reserva, se cabível.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA**

**13.1.** Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços, adaptado à proposta vencedora, devendo:

- a)** cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos;
- b)** informar, tempestivamente, seu endereço bancário: número do banco, da agência e da conta corrente, bem como os dados de contato, endereço e documentais da empresa e do responsável pela assinatura do instrumento contratual, encaminhando tais informações para o endereço e e-mail: [contratos@tre-ro.jus.br](mailto:contratos@tre-ro.jus.br);
- c)** comprovar, no ato da assinatura do instrumento de contrato, a compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d)** assinar a Ata de Registro de Preços pelo SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, adotando-se os seguintes procedimentos:

**d1)** após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE/RO, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

**d2)** após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação.

**13.2.** Se a adjudicatária não cumprir os prazos estabelecidos nas alíneas “d1” e “d2” do item 13.1, sem justificativa formalmente aceita pelo Diretor-Geral do TRE/RO ou se a documentação prevista na alínea “c” não for apresentada, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas neste edital e seus anexos, além das demais cominações legais.



## **14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**14.1.** Homologado o resultado da licitação, a Ata de Registro de Preços, assinada nos termos do item 13.1., firmará o compromisso para futura contratação entre as partes.

**14.1.1.** O presente edital e seus anexos e a proposta vencedora para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

**14.2.** Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**14.3.** O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da respectiva ata no órgão oficial da Administração.

**14.4.** Após cumpridos os requisitos de publicidade, a Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

**14.5.** A Gestão e Fiscalização da Ata de Registro de Preços e da contratação incumbe:

- a) No âmbito do Órgão Gerenciador, a gestão será realizada pela Seção de Obras e Projetos – SEOP – e a Fiscalização será realizada por equipe técnica, ou por quem suas vezes fizer.
- b) No âmbito do Órgão Partícipe, os responsáveis pela gestão e fiscalização serão designados pela autoridade competente do Órgão.

**14.5.1.** No âmbito dos demais órgãos participantes, a Gestão e Fiscalização será de acordo com a definição de cada um deles.

**14.6. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES:** a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador (TRE-RO), observadas as disposições previstas no Decreto 7.892/2013, com as alterações promovidas pelo Decreto 9.488/2018.

**14.6.1.** Os órgãos e entidades que não participaram deste registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o **TRE-RO**, gerenciador da ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

**14.6.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**14.6.3.** As aquisições ou contratações decorrentes da adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços.

**14.6.4.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**14.6.5.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**14.6.6.** Compete ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no item anterior deste edital, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

**14.6.7.** Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**14.6.8.** É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

**14.7. DO REAJUSTE, DA REVISÃO, DO CANCELAMENTO E DA EXTINÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:** O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições deste edital. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano.

**14.7.1.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.7.1.1.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o TRE/RO deverá:

- a)** convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b)** liberar o fornecedor que não aceitar reduzir seu preço do compromisso assumido, quando frustrada a negociação, sem aplicação de penalidade; e
- c)** convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**14.7.1.1.1.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**14.7.1.2.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o TRE/RO poderá:

- a)** liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b)** convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**14.7.1.2.1.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**14.7.1.2.2.** Para a concessão da revisão a Adjudicatária deverá comunicar ao TRE/RO, por meio da Coordenadoria de Material e Patrimônio, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.





**14.7.1.2.3.** Caso o TRE/RO já tenha emitido a nota de empenho respectiva, para que a empresa realize a entrega dos produtos, e a empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre os pedidos já formalizados e empenhados.

**14.7.1.2.4.** O TRE/RO, por intermédio de seu Presidente, terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão.

**14.7.1.2.4.1.** Durante esse período, a adjudicatária deverá efetuar as entregas dos pedidos pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRE/RO.

**14.7.1.2.4.2.** A adjudicatária realizará as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

**14.8. DO CANCELAMENTO E DA EXTINÇÃO DO REGISTRO:** O TRE-RO, mediante decisão proferida pela Direção Geral, poderá cancelar o registro da compromissária quando a mesma:

- a) descumprir prazos e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços, neste Edital e seus anexos;
- b) não comprovar, no ato da contratação ou da emissão da Nota de Empenho de Despesa ou do pagamento, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) não assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido pela Administração;
- d) não cumprir determinação do fiscal ou do gestor da Ata de Registro de Preços ou do Contrato para cumprimento de obrigação contratual;
- e) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- f) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei n. 8.666/93 ou no art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

**14.8.1.** A Ata de registro de preços também será cancelada caso a adjudicatária venha a contratar, na vigência da ata de registro de preços, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**14.8.2.** Por razão de interesse público ou a pedido da adjudicatária, poderá haver o cancelamento do registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados e justificados, nos termos do art. 21 do Decreto n. 7.892/2013.

**14.8.3.** O cancelamento do Registro de Preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, poderá ensejar à compromissária a aplicação das penalidades estabelecidas no item 18.2 deste edital.

**14.9.** A Administração poderá declarar a extinção do registro de preços, com ciência ao compromissário e publicação do ato, sempre que exaurida a totalidade do objeto registrado na ata de registro de preços.

**14.10.** Obriga-se a compromissária da Ata de Registro de Preços a:

- a) cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços, neste Edital e seus anexos;
- b) comprovar, no ato da emissão da Nota de Empenho de Despesa a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à Fazenda Federal, Seguridade Social, FGTS e Justiça do Trabalho.

## **15. DO CONTRATO**

**15.1.** Em havendo necessidade de contratação e disponibilidade orçamentária, a adjudicatária será formalmente convocada para assinar o instrumento de contrato, o qual corresponderá ao Anexo VII deste edital, adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

**15.2.** O presente edital e seus anexos e a proposta vencedora para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, serão parte integrante do Contrato.

**15.3.** À relação contratual, além das disposições previstas neste Edital e no Termo de Referência, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/93, a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou alterá-la, e, subsidiariamente, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE**

**16.1.** Obrigam-se a contratante e a contratada a observar, cumprir e fazer cumprir todas as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, no contrato, neste Edital e seus anexos, e na proposta.

## **17. DO PAGAMENTO**

**17.1.** A Administração contratante efetuará o pagamento, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, nos termos e condições definidos no Termo de Referência e Instrumento Contratual.

**17.2.** O pagamento será realizado em conta corrente no nome da contratada.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1.** Se a LICITANTE/ADJUDICATÁRIA/COMPROMISSÁRIA/CONTRATADA descumprir os termos e condições deste certame, do contrato e da proposta, conforme o caso, ficará sujeita às sanções previstas neste edital e seus anexos, além das estabelecidas na legislação pertinente, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil.

**18.2.** Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto 10.024/19, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeita-se à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE / ADJUDICATÁRIA / COMPROMISSÁRIA / CONTRATADA que:

- a)** quando, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços;
- b)** quando, convocada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, não assinar o instrumento contratual;
- c)** deixar de entregar documentação exigida no edital;
- d)** apresentar documentação falsa;
- e)** não mantiver a proposta;
- f)** comportar-se de modo inidôneo;
- g)** fizer declaração falsa;
- h)** cometer fraude fiscal;



- i) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- j) falhar ou fraudar na execução do contrato;

**18.3.** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas em decorrência da assinatura do contrato, garantida a ampla e prévia defesa, sujeitará a contratada às sanções administrativas estabelecidas no edital, no Termo de Referência e no Instrumento Contratual.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.1.** A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

**19.2.** Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na legislação aplicável, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

**19.3.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**19.4.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública.

**19.5.** Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas no edital.

**19.6.** A autoridade competente e o Pregoeiro, caso entendam necessário, poderão efetuar diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente na proposta ou na habilitação, podendo, inclusive, solicitar a apresentação do original ou de cópia autenticada, a ser entregue, se for o caso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, na sede Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, sito à Av. Presidente Dutra, 1889. Baixa União, Porto Velho – Rondônia. CEP 76.805-901.

**19.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**19.8.** A recusa de proposta, a inabilitação da licitante e qualquer outra decisão serão sempre fundamentadas e registradas no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**19.9.** As hipóteses de desclassificação ou recusa de proposta e inabilitação dos licitantes poderão ensejar a abertura de processo administrativo para apuração da ocorrência de condutas tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520, com vistas à aplicação de penalidades, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, salvo nos casos em que forem acatadas pelo gestor as justificativas apresentadas.

**19.10.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para



justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**19.11.** A anulação do procedimento induz à anulação das obrigações da adjudicatária ou contratada.

**19.12.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado na implementação.

**19.13.** Os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas são de responsabilidade exclusiva das licitantes.

**19.13.1.** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**19.14.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro, em contrário.

**19.15.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, observar-se-á:

- a) quando contados em dias, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no TRE/RO.
- b) quanto contados em horas, a contagem será feita minuto a minuto, desprezando-se as frações de minuto, para mais ou para menos.
- c) quanto contados em minutos, a contagem será feita segundo a segundo, desprezando-se as frações de segundo, para mais ou para menos.

**19.16.** Considerando a existência de mais de um fuso horário no País, os horários registrados neste edital serão considerados, **sempre, em relação ao horário oficial de Brasília**, devendo as licitantes observar, também, quando aplicável, o horário oficial de verão.

**19.17.** Nos termos do art. 15, §3º, do Decreto 10.024/19, o preço estimado para contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

**19.18.** A decisão do Pregoeiro, quanto ao resultado do certame, será publicada no Diário Oficial da União.

**19.19.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**19.20.** Caso não compareçam interessados ao certame, o objeto deste pregão poderá, se assim decidir a Administração, ser contratado com dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, V, da Lei 8.666/93.

**19.21.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes do Decreto Federal 10.024/19, das Leis 10.520/02 e 8.666/93 e da legislação correlata.

**19.22.** São anexos integrantes deste Edital:

- Anexo I – Modelo de proposta;
- Anexo II – Termo de recebimento provisório;
- Anexo III – Termo de recebimento definitivo;
- Anexo IV – Modelo de indicação e aceitação de responsável técnico;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

---

Anexo V - Modelo de declaração de disponibilidade;  
Anexo VI – Minuta de ARP;  
Anexo VII – Minuta de contrato;  
Anexo VIII – Termo de Referência.

Porto Velho, 11 de agosto de 2022.

**ANDERCLEDSON REIS**  
Pregoeiro



**ANEXO I – MODELO PADRONIZADO DE PROPOSTA**  
**(IDENTIFICAÇÃO/MARCA/LOGO DA LICITANTE)**

Pregão Eletrônico SRP n. \_\_\_\_/2022.

DADOS DA LICITANTE			
Razão Social			
Endereço			
Fone/Fax	( )	Celular	( )
Representante legal			
RG do Representante legal		CPF do Representante legal	
E-mail		Função na empresa	
Nome do Banco		Agência	
Código do Banco		Conta Corrente da pessoa jurídica	

ITENS	RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS TIPO DE RESÍDUO	QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE CADA TIPO DE RESÍDUO - KG (A)	PREÇO PARA COLETA – PREÇO UNITÁRIO R\$ POR KG (B)	PREÇO TOTAL PARA COLETAS DE CADA UM DOS RESÍDUOS (R\$) (Ax B)
01	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS	1.072,00		
02	Pilhas, baterias e no-breaks	7.802,00		
03	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	927,00		
04	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	4.555,00		
05	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	2.266,50		
06	Lâmpadas, cabeçote de aparelho de raio X odontológico	22,00		
07	Óleo de arrefecimento de cabeçote de aparelho de raio X odontológico	1.522,00		
08	Corretivo líquido inservível	20,50		
09	Inseticida inservível	18,00		
10	Fósforos inservíveis	1,50		
11	Álcool em gel vencido	30,00		





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

12	Aparelho para raio X inservível	31,00		
13	Materiais hospitalares diversos inservíveis	110,00		
14	Aditivo de água de radiador e descarbonizante	132,00		
15	Goma para chapa offset	16,00		

PESO TOTAL ESTIMADO DE RESÍDUOS (Kg)	13.877,50
--------------------------------------	-----------

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____ ( _____ _____
---

**DECLARAÇÕES**

A licitante declara que:

1. Tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços, inclusive que os quantitativos são estimativos e não obrigam a Administração na sua execução integral durante a vigência do futuro contrato;
2. Nos preços propostos estão incluídas todas todos os custos diretos e indiretos, incluídas as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços para os quais está ofertando proposta;
3. Está ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

**INFORMAÇÕES**

**I - ESTAS INFORMAÇÕES DEVEM SER PRESTADAS NO CASO EM QUE A PRÓPRIA LICITANTE FARÁ A DESTINAÇÃO FINAL TOTAL OU PARCIAL DOS RESÍDUOS COLETADOS NA SUA SEDE OU EM OUTRA CIDADE:**

1. A licitante fará destinação final de todos ou de parte dos resíduos em sua sede em Porto Velho ou outra cidade?.

( ) sim ( ) não

2. A licitante utilizará, de acordo com a legislação ambiental, aterro sanitário para disposição final de algum resíduo para o qual está apresentando proposta?

( ) NÃO.

( ) SIM, utilizará, de acordo com a legislação ambiental, de aterro sanitário para disposição final do seguinte resíduo:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ sob gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de -----.



A utilização está autorizada de acordo com os documentos anexos a esta proposta.

**II - ESSAS INFORMAÇÕES DEVEM SER PRESTADAS NO CASO EM QUE A LICITANTE NÃO FARÁ, ELA PRÓPRIA, A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS COLETADOS:**

2. Parte ou a totalidade dos resíduos serão transportados para fora do Estado de Rondônia com o objetivo de sua destinação final?

( ) SIM, a licitante providenciará o transporte de todos os resíduos, ou parte deles, para outra cidade e estado onde serão objeto dos processos de destinação final, todos registrados no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR, de acordo com as normas da Portaria do Ministério do Meio Ambiente n. 280, de 29/06/2020.

**IMPORTANTE: NÃO há necessidade de indicar o nome da empresa especializada que fará a destinação final.**

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: (    ) DIAS.**

**IMPORTANTE:** Não serão aceitas propostas com prazo de validade inferior a 90 (NOVENTA) dias contados da data da abertura do certame licitatório.

**LOCAL E DATA.**

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE**



ANEXO Nº II - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS			
CONTRATADA:		Nº 001. MÊS/ANO: __/202__.	
CNPJ:			
PROCESSO SEI: 0002221-59.2021.6.22.8000			
CARTA-CONTRATO: __/2021.			
OBJETO: COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I – PERIGOSOS			
FISCAIS DO CONTRATO:		GESTOR DO CONTRATO:	
...		....	
...			
TIPO DE RESÍDUO SÓLIDO: RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS			
DATA DA COLETA	TIPO DE RESÍDUOS	PESO TOTAL DE RESÍDUOS COLETADOS (KG)	FISCAL
	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS		
	Pilhas, baterias e no-breaks		
	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática		
	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos		
	Lâmpadas, cabeçote de aparelho de raio X odontológico		
	Óleo de arrefecimento de cabeçote de aparelho de raio X odontológico		
	Corretivo líquido inservível		
	Inseticida inservível		
	Fósforos inservíveis		
	Aparelho para raio X inservível		
	Materiais hospitalares diversos inservíveis		
	Aditivo de água de radiador e decarbonizante		
	Goma para chapa off-set		
<b>TOTAL DE RESÍDUOS COLETADOS (KG)</b>			
<b>OCORRÊNCIAS</b>			
ITEM	VERIFICAÇÕES	SIM	NÃO
1	A coleta dos resíduos foi realizada de acordo com os períodos determinados no contrato?		
2	Os funcionários responsáveis pela coleta de resíduos utilizaram os equipamentos de proteção individual (EPIs) e executaram os		



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

	serviços devidamente uniformizados?		
3	O veículo utilizado na coleta dos resíduos atende às especificações exigidas para a execução dos serviços?  Placa:  Modelo do veículo:		
4	Durante a coleta dos resíduos houve alguma ocorrência de danos a bens de propriedade do TRE-RO ou das dependências em que o serviço foi executado?		X
<b>MANIFESTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO:</b> Após verificação dos quesitos constantes na lista de verificação, a fiscalização decide por:			
( ) <b>RECEBER PROVISORIAMENTE</b> os serviços descritos neste termo.			
( ) <b>NAO RECEBER PROVISORIAMENTE/RECUSAR</b> os serviços abaixo relacionados pelas seguintes justificativas:			
<b>Assinaturas dos fiscais do contrato</b> (Documento poderá ser assinado de forma eletrônica no SEI)			
<b>MANIFESTAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO:</b>  ( ) <b>DE ACORDO.</b>  ( ) <b>MANIFESTAÇÃO DIVERSA CONFORME REGISTRADO ADIANTE:</b>   <b>Assinatura do gestor do contrato</b>  (Documento poderá ser assinado de forma eletrônica no SEI)			



ANEXO III

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS			
CONTRATADA:			
CNPJ:		Nº 001.	
PROCESSO SEI: 0002221-59.2021.6.22.8000		MÊS/ANO: __/202__.	
CARTA-CONTRATO: __/2021.			
OBJETO: OLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I – PERIGOSOS			
FISCAIS DO CONTRATO:		GESTOR DO CONTRATO:	
...		....	
...			
TIPO DE RESÍDUO SÓLIDO: RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS			
DATA DA COLETA	TIPO DE RESÍDUOS	PESO TOTAL DE RESÍDUOS COLETADOS (KG)	NOME DO EMPREGADO DA CONTRATADA RESPONSÁVEL PELA COLETA
	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS		
	Pilhas, baterias e no-breaks		
	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática		
	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras		





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos		
	Lâmpadas, cabeçote de aparelho de raio X odontológico		
	Óleo de arrefecimento de cabeçote de aparelho de raio X odontológico		
	Corretivo líquido inservível		
	Inseticida inservível		
	Fósforos inservíveis		
	Aparelho para raio X inservível		
	Materiais hospitalares diversos inservíveis		
	Aditivo de água de radiador e decarbonizante		
	Goma para chapa off-set		
TOTAL DE RESÍDUOS COLETADOS (KG)			
OCORRÊNCIAS			
ITEM	VERIFICAÇÕES	SIM	NÃO
1	Contratada apresentou Manifesto de transporte de resíduos que informe a data, a unidade geradora, o peso líquido dos resíduos, o veículo transportador, forma de destinação, bem como a identificação e as assinaturas dos responsáveis pela geração, transporte, responsável		



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

	técnico e pelo recebimento nos locais de armazenamento temporário ou de destinação final, se houver?		
<b>OBSERVAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO:</b> De acordo com as regras do contrato, a contratada deverá apresentar ao CONTRATANTE, tão logo eteja em seu poder, os registros e comprovantes de tratamento e/ou disposição final dada aos resíduos coletados e transportados, os quais está obrigado a obter em cumprimento à legislação ambiental e à Licença Ambiental de Operação – LAO.			
<b>RECEBIMENTO DEFINITIVO</b>			
<b>MANIFESTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO:</b> Após verificação dos quesitos constantes na lista de verificação e das informações contidas no TERMO DERECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (evento), a fiscalização decide por:			
<input type="checkbox"/> <b>RECEBER</b> definitivamente os serviços.			
<input type="checkbox"/> <b>NAO RECEBER</b> definitivamente/RECUSAR os serviços pelas seguintes justificativas:			
<b>Assinaturas dos fiscais do contrato</b> (Documento poderá ser assinado de forma eletrônica no SEI)			
<b>MANIFESTAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO:</b>			
<input type="checkbox"/> <b>DE ACORDO.</b>			
<input type="checkbox"/> <b>MANIFESTAÇÃO DIVERSA CONFORME REGISTRADO ADIANTE:</b>			
<b>Assinatura do gestor do contrato</b> <b>(Documento poderá ser assinado de forma eletrônica no SEI)</b>			



---

**ANEXO IV**  
**MODELO DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO OU DECLARAÇÃO DE**  
**CONTRATAÇÃO FUTURA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Pregão Eletrônico SRP n. \_\_\_\_/2022.

**1. INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO (APENAS PARA AS LICITANTES**  
**NESSA CONDIÇÃO)**

Para fins de habilitação no Pregão Eletrônico SRP n. \_\_\_\_/2022 a licitante \_\_\_\_\_, CNPJ n. \_\_\_\_\_, indica o senhor \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, número de registro no conselho profissional \_\_\_\_\_, como responsável técnico pelos serviços para os quais está apresentando proposta e que atuará nessa condição se a licitante sagrar-se vencedora da licitação e firmar contrato com a Administração.

**2. DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO**  
**(APENAS PARA AS LICITANTES NESTA CONDIÇÃO)**

Para fins de habilitação no Pregão Eletrônico SRP n. \_\_\_\_/2022 a licitante \_\_\_\_\_, CNPJ n. \_\_\_\_\_, DECLARA que, se vencedora da licitação, contratará até a data da assinatura do futuro contrato, o senhor \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, número de registro no conselho profissional \_\_\_\_\_, que atuará como responsável técnico pelos serviços para os quais está apresentando proposta.

**LOCAL E DATA**  
**ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA LICITANTE**

**DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DO INDICADO**

Eu, \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, DECLARO que estou DE ACORDO com minha indicação como responsável técnico pela prestação dos serviços descritos na proposta da licitante \_\_\_\_\_, CNPJ n. \_\_\_\_\_ e que atuarei nessa condição caso essa seja vencedora da licitação do Pregão Eletrônico SRP n. \_\_\_\_/2021.

**LOCAL E DATA**  
**ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO INDICADO**  
**Nº DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO PROFISSIONAL**

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE**  
**(IDENTIFICAÇÃO/MARCA/LOGO DA LICITANTE)**

**Pregão Eletrônico SRP n. \_\_\_\_/2022.**

Para fins de habilitação no Pregão Eletrônico SRP n. ....../2022 a licitante \_\_\_\_\_, CNPJ n. \_\_\_\_\_, DECLARA:

- a) Que disporá até a data da contratação, de todos os equipamentos e instalações adequadas para a prestação dos serviços que está apresentando proposta;
- b) que os serviços de coleta, manuseio e transporte serão realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP (art. 15 do Decreto n. 96044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;
- c) que o transporte será realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da ABNT NBR 13221:2017 e da ABNT 12810:2020, da Licença Ambiental de Operação – LAO para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;
- d) que apresentará os documentos comprobatórios da comprovação da destinação final dos resíduos sólidos por meio do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR, de acordo com as normas da Portaria do Ministério do Meio Ambiente n. 280, de 29/06/2020.

**Local e data.**

**Nome**

**Assinatura do representante legal da licitante**



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia  
Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Licitações e Compras

## ANEXO VI DO EDITAL

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº \_\_\_\_/2022

PROCESSO Nº \_\_\_\_\_ - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO N. \_\_\_\_/2022

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de seu Presidente, Desembargador \_\_\_\_, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. \_\_\_\_/SSP-\_\_ e CPF nº. \_\_\_\_, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante \_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_, com sede Av. \_\_\_\_, nº. \_\_\_\_, bairro \_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_, Município de \_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_, Telefone(s): (\_\_) \_\_\_\_ e E-mail(s): <mailto:comercial@milprint.com.br>, neste ato representada pelo \_\_\_\_, brasileiro, portador do RG nº. \_\_\_\_/SSP-\_\_, e CPF nº. \_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

**1.1.** Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Qtd.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
	Item da ____ do Edital. Objeto: _____. Marca: _____.				
Valor Total da ARP (R\$)					

**1.2.** No Anexo II do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

**1.3.** As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

**1.4.** O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias \_\_\_\_, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

**1.5.** A entrega deverá ser feita na \_\_\_\_, na Av. Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, mediante agendamento pelo telefone (69) \_\_\_\_.

**1.6.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - **ou por outros meios previstos na legislação de licitações** -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**1.7.** A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

**1.8.** No TRE-RO, a Gestão desta ARP ficará a cargo do titular da \_\_\_\_ – \_\_\_\_ e a fiscalização ficará a cargo do titular da \_\_\_\_ – \_\_\_\_, ou aos seus respectivos substitutos, em suas ausências.

**1.9.** No anexo I deste instrumento consta(m) a(s) empresa(s) componente(s) do cadastro reserva para item(ns) desta ARP (art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia  
Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Licitações e Compras

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 202\_\_\_\_.

<b>Desembargador</b> ____ Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	_____ Pela Adjudicatária Fornecedor
_____ CPF: ____ 1ª Testemunha	_____ CPF: ____ 2ª Testemunha

**ANEXO I À ARP Nº. \_\_\_\_/2022/TRE-RO**  
**PROCESSO Nº. \_\_\_\_ - SEI**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. \_\_\_\_/2022**  
**FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**

Em obediência ao disposto no art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013, segue, abaixo, relação dos licitantes remanescentes que aderiram ao cadastro de reserva para a ARP supramencionada, consistente no aceite em atender o(s) item(ns) a seguir indicados, com preços iguais aos do licitante vencedor, consoante registrados neste instrumento e na proposta da adjudicatária, e conforme se constata por meio da anuência incluída na Ata de Formação de Cadastro Reserva respectiva, a qual se encontra juntada no Processo Administrativo referido, a seguir detalhado:

<b>Item da ARP</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>FORNECEDOR QUE ADERIU AO CADASTRO RESERVA DESTE CERTAME</b>
	<b>Item da ____ do Edital. Objeto: _____. Marca: _____.</b>	



ANEXO VII

**MINUTA** - CONTRATO TRE-RO N. \_\_\_\_/2022

PROCESSO SEI N. [0002221-59.2021.6.22.8000](#)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. \_\_\_\_/2022

PREGÃO ELETRÔNICO N. \_\_\_\_ 2022

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - TRE-RO, E A EMPRESA \_\_\_\_\_, PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I – PERIGOSOS PRODUZIDOS PELO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL.**

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG \_\_\_\_-SSP/RO e do CPF \_\_\_\_, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Município \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, Telefone(s): \_\_\_\_\_, E-mail(s): \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG \_\_\_\_/SSP-\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho \_\_\_\_/2022-PRES/DG/GABDG, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022 (evento \_\_\_\_); e o Termo de Homologação da Licitação constante no Despacho \_\_\_\_/2022-PRES/DG/GABDG, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022 (evento \_\_\_\_), bem como nas demais normas indicadas na Cláusula “DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições,

**DO OBJETO**

(Art. 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Constitui objeto deste Contrato a contratação de prestação de serviços de **COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I – PERIGOSOS**, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, compreendendo também a pesagem, o transporte, eventual armazenamento temporário e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos produzidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO).

**Subcláusula Primeira** – Mediante assinatura do presente instrumento, a CONTRATADA ratifica ter ciência e se compromete com o cumprimento do disposto neste instrumento e no Termo de Referência respectivo, incluindo em seus diversos Anexos, cujos principais estão a seguir relacionados e devem ser observados na execução deste Contrato:





- 
- I. ANEXO II** – Termo de Recebimento Provisório (evento 0843679);
- II. ANEXO III** - Termo de Recebimento Definitivo (evento 0843680);
- III. ANEXO IV** – Modelo Indicação de Responsável Técnico (evento 0843683).
- IV. ANEXO V** – Modelo Declaração Disponibilidade (evento 0858541).

**Subcláusula Segunda** - A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental atualmente definidos para esta contratação, conforme detalhado no Capítulo 5 do Termo de Referência correspondente.

**Subcláusula Terceira** – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas nos respectivos Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos, incluindo no Termo de Referência e anexos, bem como na proposta da CONTRATADA.

## **DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Quanto às especificações dos serviços de coleta e resíduos sólidos:

**I** - Os serviços são constituídos pela coleta, eventual armazenamento temporário, transporte e destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos Classe I – Perigosos, de resíduos sólidos dessa categoria armazenados nas dependências do CONTRATANTE.

**II - DEFINIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE ACORDO COM O ITEM 3.1 DA NBR 10004:2004:** Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. São incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistema de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

**III - RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE:** Além dos resíduos sólidos descritos no item II acima, há também alguns RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, de acordo com a classificação da NBR 12.808:2016.

**IV** – Há também, uma pequena quantidade dos seguintes materiais: corretivo líquido, água sanitária, inseticida, fósforos e álcool em gel vencido, aditivo de água de radiador e descarbonizante e goma para chapa *off-set*, conforme especificados no Termo de Referência correspondente.

**V** - A execução dos serviços especializados de coleta, eventual armazenamento temporário, transporte e destinação final adequada de resíduos sólidos Classe I – Perigosos produzidos pelos órgãos que integram o registro de preços deverão observar as disposições contidas neste termo de referência, os normativos federais, estaduais e municipais que versem sobre seu objeto e as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais órgãos que expeçam normativos para os serviços aqui tratados.



---

**DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço por item.

**DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA QUARTA** – Para garantir a plena e eficaz execução dos serviços, poderá a CONTRATADA subcontratá-los parcialmente (art. 89 da IN TRE-RO n. 04/2008). A subcontratação observará as regras abaixo:

I - A subcontratação deverá ser previamente aprovada pelo CONTRATANTE;

II - Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso dos serviços em relação ao todo do objeto;

III - A eventual empresa subcontratada deverá comprovar todos os requisitos de habilitação técnica exigidos pelo edital e seus anexos para a execução dos serviços contratados;

IV - A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais e/ou contratuais; e

V - Responderá a CONTRATADA perante a Administração e terceiros pela parte que subcontratou.

**DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

**(Art. 55, IV, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** - Este Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO.

**Subcláusula única** – Quanto ao prazo de execução deste Contrato, a CONTRATADA deverá fazer a coleta no prazo de até 15 (quinze) dias, a partir da data de autorização e agendamento pelo gestor desta contratação, obedecendo-se ao cronograma das coletas.

**DO VALOR**

**(Art. 55, III e V, da Lei 8.666/93)**



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

**CLÁUSULA SEXTA** – O valor total estimado deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), para o período total de vigência deste instrumento, consoante detalhado abaixo:

**Tabela 4 - PREÇO ESTIMADO – TRE-RO**

ITEM	RESÍDUO	QUANTITATIVO ESTIMADO (KG)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS	220		
<b>ITEM 2</b>	Pilhas, baterias e no-breaks	71		
<b>ITEM 3</b>	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	7		
<b>ITEM 5</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	31		
<b>ITEM 6</b>	Lâmpadas, cabeçote de aparelho de raio X odontológico	22		
<b>ITEM 7</b>	Óleo de arrefecimento de cabeçote de aparelho de raio X odontológico	1		
<b>ITEM 12</b>	Aparelho para raio X inservível	31		



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

<b>ITEM</b> <b>13</b>	Materiais hospitalares diversos inservíveis	50		
<b>PESO TOTAL ESTIMADO DE RESÍDUOS (Kg)</b>		<b>433</b>	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS DESTA CONTRATAÇÃO</b>	<b>(R\$)</b>

**Subcláusula Primeira**– No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, inerentes aos procedimentos de execução dos serviços ora contratados, como manutenção evolutiva, preventiva e corretiva em software, atualização, impostos, taxas e demais encargos pertinentes, entre outros.

**Subcláusula Segunda** – As condições quanto à eventual reajuste, à eventual reequilíbrio e à outras eventuais alterações constam detalhadas na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

**Subcláusula Terceira** - As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta do Orçamento Ordinário 2022 do TRE-RO, PROGRAMA DE TRABALHO: \_\_\_\_\_, ELEMENTO DE DESPESA: \_\_\_\_\_, Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022, a ser reforçada durante a execução contratual, caso necessário, e consoante detalhado a seguir:

<b>ATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)</b>	Manutenção Geral / Orçamento Ordinário
<b>AGREGADOR</b>	Manutenção da Infraestrutura Física
<b>DESPESA AGREGADA</b>	Limpeza e conservação
<b>PLANO INTERNO</b>	AIEF LIMPEZ

**DO PAGAMENTO**

**(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O pagamento desta contratação observará o que segue:

**I** – O pagamento será realizado após o recebimento definitivo dos serviços, atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Fatura/Nota Fiscal;

**II** - A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a nota fiscal o **termo de recebimento definitivo** dos serviços expedido pelo fiscal do contrato;



**III** – Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento deverá à CONTRATADA deverá demonstrar a regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça, observando que:

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a CONTRATADA deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

**IV** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta ou em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA.

**V**- Sobre os valores dos serviços serão aplicadas as retenções legais, no que couber, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

**VI** - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento conforme ora descrito, poderá ser aplicada multa por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanção prevista neste instrumento. O pagamento será realizado com a devida retenção da multa a ser aplicada, o qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. (*Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012*).

**VII** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**VIII** - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

**IX** – Nos eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação - que será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência e calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} \quad I = \frac{6}{100} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



**X** - A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

## DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 67, da Lei 8.666/93)

**CLÁUSULA OITAVA** – No TRE-RO, a **gestão** e a **fiscalização**, deverá ser observado o que segue:

**I** – A **gestão** deste Contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, e, na eventual ausência do titular, essa função será exercida pelo seu respectivo substituto, ao qual compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO.

**II** - A **fiscalização** deste Contrato será realizada:

1. Pelo titular da **Seção de Voto Informatizado e Urnas Eletrônicas - SEVUE**, ou por seu substituto, em suas ausências legais, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
2. Pelo titular da **Seção de Assistência Médica e Social - SAMES**, ou por seu substituto, em suas ausências legais, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
3. Pelo titular da **Seção de Manutenção Predial - SEMAP**, ou por seu substituto, em suas ausências legais, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
4. Pelo titular da **Seção de Administração Predial - SEAP**, ou por seu substituto, em suas ausências legais, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
5. Pelo titular da **Seção de Almoxarifado - SEALM**, ou por seu substituto, em suas ausências legais, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
6. Pelo titular da **Coordenadoria da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP**, ou por seu substituto, em suas ausências legais, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, em relação aos demais resíduos.

**III** - A unidade gestora poderá solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do TRE-RO.

**Subcláusula única** – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução deste instrumento não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

## DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

---

**CLÁUSULA NONA** – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As Partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;



8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e
2. Pelo CONTRATANTE, o servidor designado pela Administração do TRE-RO.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)**



---

**CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações do CONTRATANTE:**

**I** - Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da CONTRATADA, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

**II** - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento contratual;

**III** - Reunir-se com a CONTRATADA, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;

**IV** - Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

**V** - Fornecer todas as informações solicitadas pelos órgãos competentes, relativas à natureza, ao tipo, às características e ao gerenciamento dos resíduos produzidos;

**VI** - Permitir à CONTRATADA, sob seu acompanhamento e se necessário, a segregação e o acondicionamento dos resíduos sólidos armazenados em suas dependências nos termos das normas legais e regulamentares;

**VII** - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

**VIII** - Notificar a CONTRATADA para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos serviços em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

**IX** - Rejeitar, através do fiscal contrato, os serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas neste instrumento e fixar prazo para a correta execução dos serviços;

**X** - Receber os serviços, através do fiscal do contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido no termo de referência e neste contrato, certificando as notas Fiscais pela prestação dos serviços;

**XI** - Realizar o pagamento pelos serviços prestados de forma regular;

**XII** - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública;

**XIII** - Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;

**XIV** - Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Art. 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – São obrigações da CONTRATADA:**

**I** - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução dos serviços nos termos estabelecidas no edital e seus anexos, na sua proposta comercial e neste instrumento contratual, especialmente o prazo definido para realizar a coleta dos resíduos sólidos;



**II** – Participar de reuniões com o CONTRATANTE ou responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução dos serviços;

**III** - Apresentar-se e manter-se em condições de plena regularidade e validade todos os documentos e comprovações previstos neste contrato e na legislação aplicável aos serviços;

**IV** – Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

**V** - Executar os serviços de coleta, manuseio e transporte com a utilização de equipamentos de proteção individual pelos profissionais qualificados e treinados, com curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP (art. 15 do Decreto n. 96044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

**VI** - Executar as coletas nas datas agendadas com o fiscal ou o gestor do contrato;

**VII** – Garantir que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina durante o período de permanência nas dependências do contratante, recomendando-se o uso de uniforme da empresa, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, chinelos de dedo, camisetas regatas ou sem camisa);

**VIII** - Realizar o transporte em veículo apropriado, de acordo com as normas da ABNT NBR 13221:2017 e ABNT NBR 12810:2020, da Licença Ambiental de Operação – LAO para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

**IX** - Caso não seja a responsável pela destinação final, emitir o **Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR**, documento numerado, gerado por meio do SINIR, que deverá acompanhar o transporte do resíduo até a destinação final ambientalmente adequada;

**X** - Apresentar, tão logo esteja em seu poder, o **Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDF**, documento do SINIR emitido pelo Destinador e de sua exclusiva responsabilidade que atesta a tecnologia aplicada ao tratamento e/ou destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos em suas respectivas quantidades, contidos em um ou mais MTRs;

**XI** – Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento notificação, salvo justificativa razoável;

**XII** - Manter os profissionais indicados no certame licitatório como responsável técnico para atuar nessa condição durante a prestação dos serviços. Admite-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência de caso fortuito ou força maior, apenas por profissionais com perfis técnicos equivalentes ou superiores e mediante prévia autorização do órgão CONTRATANTE;

**XIII** – Responsabilizar-se pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelo CONTRATANTE e por ela recolhidos, incluindo o transporte, eventual armazenamento e a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada, obrigando-se a ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer despesas que essa venha a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais;

**XIV** - Apresentar ao CONTRATANTE os **registros e comprovantes de TODOS** as movimentações dos resíduos que sejam de sua responsabilidade até a destinação final por meio do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR;

**XV** - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;



**XVI** – Apenas subcontratar parcialmente os serviços com prévia anuência do CONTRATANTE e com observância estrita das regras definidas neste instrumento contratual;

**XVII** - Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do contrato (Art. 70 da Lei n. 8666/93), não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade a eventual subcontratação parcial dos serviços e o fato de o CONTRATANTE fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços;

**XVIII** - Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça;

**XIX**- Apresentar todos os documentos exigidos pelo contrato para ter direito ao pagamento dos serviços executados de forma definitiva;

**XX**- Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**XXI** - Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pela Administração contratante, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à CONTRATADA, durante e após a vigência do contrato;

**XXII** - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total estimado do contrato, na forma do artigo 65, § 1º e 2º, da Lei n. 8666/93.

**XXIII** - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações solicitadas;

**XXIV** - Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência – após a assinatura do contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

**XXV** - Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável aos serviços objeto do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – É expressamente proibido à CONTRATADA:**

**I** - Além de outras proibições contidas na legislação e normativos ambientais, são expressamente proibidas à **CONTRATADA**, conforme disposto na Lei n. 12305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos e/ou rejeitos:

- a) lançamento em quaisquer corpos hídricos;
- b) lançamento *in natura* a céu aberto;
- c) queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- d) outras formas vedadas pelo poder público;
- e) deposição inadequada no solo;

- f) deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
- g) lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;
- h) infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental competente;
- i) utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente; e
- j) utilização para alimentação humana.

### **DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO**

(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Quanto à execução dos serviços ora contratados, deverão ser observadas as seguintes condições:

**A)** Os serviços de coletas serão realizados no local e horário, conforme a necessidade do TRE-RO, informados a seguir:

<b>TABELA 1</b>		
<b>ÓRGÃO</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>DIA/HORÁRIO DAS COLETAS</b>
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-901, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato.

**I** - Havendo impossibilidade justificada de proceder a uma coleta de resíduos agendada, a CONTRATADA deverá comunicar, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data agendada, o fato à fiscalização do contrato para que sejam tomadas as medidas preventivas necessárias e o reagendamento da coleta.

**II** – A responsabilidade pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelo CONTRATANTE e recolhidos pela CONTRATADA, incluindo o transporte, eventual armazenamento temporário e a respectiva destinação ou disposição final ambientalmente adequada, é **INTEIRAMENTE** da CONTRATADA, obrigando-se a ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer despesas que esses venham a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais aplicadas a essa atividade.

#### **1. TIPOS DE RESÍDUOS:**

**I** – A coleta de resíduos Classe I – perigosos, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, diante relacionados:

- a)** LÂMPADAS FLUORESCENTES (NBR 10004:2004 - código de Classificação F044), constituinte perigoso: mercúrio; característica da periculosidade: tóxico; incluem-se nessa coleta também lâmpadas de LED (*Light Emitting Diode*);

**b) PILHAS E BATERIAS E NO BREAKS** (NBR 10004:2004 - Código de Classificação F042, constituinte perigoso: chumbo e ácido sulfúrico; característica da periculosidade: tóxico e corrosivo;

**b1)** consideram-se pilhas e baterias as que contenham em sua composição, um ou mais dos elementos chumbo, mercúrio, cádmio, lítio, níquel e seus compostos.

**c) PERIFÉRICOS E SUPRIMENTOS INSERVÍVEIS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**, tais como fitas de impressora matricial, cartuchos de toner de impressora a laser; mouse, teclado, CPU, monitores, placas de circuito impresso, kit de manutenção fotocondutor de impressora a laser e cabos de computador;

**d) SUCATAS E SUPRIMENTOS INSERVÍVEIS DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS;**

**e) SUCATAS E SUPRIMENTOS INSERVÍVEIS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS**, tais como carregador de celular ou de pilhas, controle remoto, fone de ouvidos (art. 33, inciso V, da Lei n. 12.305/2010);

**f) LÂMPADAS, CABEÇOTE DE APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO - RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE:** elementos plástico, metais eletrônicos, **sem componente radioativo** (laudo juntado no evento [0690247](#));

**g) ÓLEO DE ARREFECIMENTO DE CABEÇOTE DE APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO - RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE:** **sem componente radioativo** (laudo juntado no evento [0690247](#)) - (NBR 10004:2004 - código de Classificação F430);

**h) CORRETIVO LÍQUIDO:** A **composição** básica: óxido de titânio (responsável pela cor branca na maioria das tintas), água (solvente), etanol (solvente, contribui para que a secagem seja rápida), polímero (para dar consistência) e dispersantes (para manter a mistura uniforme);

**i) ÁGUA SANITÁRIA:** A composição química da água sanitária é basicamente hipoclorito de sódio ou de cálcio em solução com uma proporção de “cloro ativo” de cerca de 2,5%;

**j) INSETICIDA:** Inseticida Marca Kellthine, vencida em 2017, frascos de 300mL/170g, composição: Ativos, emulsificantes, mascarante, solvente, antioxidantes, água e propelente. Ingredientes ativos: D'aletrina: 0,10% p/p; D'tetrametrina: 0,10% p/p; Cifenoctrina: 0,13% p/p;

**k) FÓSFOROS:** Cada caixa com 240 fósforos de segurança longos, composição: Fósforo, Clorato de Potássio e aglutinantes;

**l) ÁLCOOL EM GEL VENCIDO:** Frasco com 420g, composição: Álcool, água, aloebarbadensis extract, glycerin; carbomer, Triethanolamine, Methylchloroisothiazolinone, Methylchloroisothiazolinone;

**m) APARELHO PARA RAIOS X:** elementos plásticos, metais eletrônicos, **sem componente radioativo** (laudo juntado no evento [0690247](#));

**n) MATERIAL INSERVÍVEL HOSPITALAR - RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE:** materiais de utilização com pacientes na área odontológica, bem como os utilizados indiretamente pelos protéticos na confecção de próteses diversas, agulhas, amálgama, anestésicos, broca, cimento odontológico, espátula odontológica, filmes para raios-X, platina, seringas, sugador e afins (lista completa juntada no evento [0723841](#) do PSEI [0001669-94.2021.6.22.8000](#));

**o)** Aditivo de água de radiador e descarbonizante;

**p)** Goma para chapa off-set.

**II - Devem ser observadas as normas definidas na ABNT NBR 12810:2020 para os materiais enquadrados como **resíduos de serviços de saúde**.**

## 2. FORMA DE EXECUÇÃO DAS COLETAS:

**I** - Todos os resíduos Classe I – Perigosos encontram-se armazenados em local reservado pelo CONTRATANTE em espaço de sua propriedade, no endereço informado neste instrumento;

**II** - Após a coleta dos resíduos será expedido pelo CONTRATANTE o **RECEBIMENTO PROVISÓRIO DOS SERVIÇOS** devidamente assinado pelas partes, com indicação de data, horário, espécie e quantidade de cada resíduo pesado e coletado pela CONTRATADA, além da comprovação das demais exigências contidas no termo de entrega;

**III** - A pesagem será realizada com a utilização de balança aferida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, de propriedade da CONTRATADA;

**IV** - Quantitativo estimado de resíduos para coleta:

TABELA 2: RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS			
TIPO DE RESÍDUO  DIVERSOS ITENS		QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE CADA RESÍDUO POR ÓRGÃO (KG)	
		Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia  TRE-RO	
ITEM 1	Lâmpadas fluorescentes e de LED	220	
ITEM 2	Pilhas, baterias, no breaks	71	
ITEM 3	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	7	
ITEM 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	-	
ITEM 5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	31	





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

<b>ITEM 6</b>	Lâmpadas, cabeçote de aparelho de raio X odontológico	22	
<b>ITEM 7</b>	Óleo de arrefecimento de cabeçote de aparelho de raio x odontológico	1,00	
<b>ITEM 8</b>	Corretivo líquido inservível	-	
<b>ITEM 9</b>	Inseticida inservível	-	
<b>ITEM 10</b>	Fósforos inservíveis	-	
<b>ITEM 11</b>	Álcool em gel vencido		
<b>ITEM 12</b>	Aparelho para raio X inservível	31	
<b>ITEM 13</b>	Materiais hospitalares diversos inservíveis	50	
<b>ITEM 14</b>	Aditivo de água de radiador e descarbonizante	-	
<b>ITEM 15</b>	Goma para chapa off-set	-	
<b>QUANTITATIVO ESTIMADO – TOTAL GERAL (KG)</b>		<b>433,00</b>	

**V** - Os quantitativos descritos na Tabela acima são estimativos e, assim, não obriga o CONTRATANTE a efetuar a execução integral durante a vigência deste instrumento contratual.

**VI - CRONOGRAMA E QUANTITATIVO ESTIMADO DAS COLETAS:**

**TABELA 3: CRONOGRAMA E QUANTITATIVO DAS COLETAS**

<b>MÊS DA COLETA</b>	<b>QUANTIDADE ESTIMADA (KG)</b>	
<b>NOVEMBRO/2022</b>	TRE-RO	433

**VII** - Os serviços de pesagem, coleta, manuseio e transporte deverão ser realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação**

**Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

**VIII** – Os resíduos deverão ser segregados e acondicionados pela contratada para transporte em conformidade com a legislação de serviços de coleta, manuseio e transporte realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

**IX** - O transporte deverá ser realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da **ABNT NBR 13221:2017** e, para os **RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, de acordo com as normas da **NBR 12.810:2020**, com **Licença Ambiental de Operação – LAO** para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

**X** - Os resíduos coletados poderão permanecer temporariamente armazenados em local adequado sob TOTAL responsabilidade da Contratada para encaminhamento oportuno à destinação final, desde que devidamente comprovada a **Licença Ambiental de Operação – LAO para armazenamento temporário no local de resíduos perigosos Classe I**;

**XI** - As lâmpadas devem ser comprovadamente descontaminadas ou encaminhadas para empresa especializada na descontaminação. O processo de descontaminação deverá compreender a ruptura controlada que permita a captura do vapor de mercúrio, a separação e desmercurização dos componentes, e a destinação final que contemple o beneficiamento e o retorno à cadeia produtiva dos materiais recicláveis que as compõem.

**XII** - As pilhas, as baterias, os periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática, de máquinas fotocopadoras, de eletroeletrônicos, assim como os demais equipamentos inservíveis, devem ser comprovadamente reprocessadas ou encaminhados para empresas especializadas no reprocessamento por meio de processos que permitam a obtenção de sais e óxidos metálicos comprovadamente destinados como matéria-prima industrial;

**XIII** - Os materiais adiante descritos, a saber: óleo de arrefecimento de cabeçote de aparelho de raio x odontológico - **sem componente radiotivo**, corretivo líquido, água sanitária, inseticida, fósforos e álcool em gel, aditivo de água de radiador e descarbonizante e goma para chapa *off-set*, devem ser comprovadamente reprocessados ou encaminhados para empresas especializadas no reprocessamento por meio de processos que permitam a obtenção de produtos comprovadamente destinados à matéria-prima industrial ou destinados de forma final e adequada à legislação ambiental que rege cada um deles;

**XIV** - A movimentação dos resíduos sólidos para destinação final deverá ser registrada no **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, disciplinado pela **Portaria do Ministério do Meio Ambiente n. 280, de 29/06/2020**;

**XV** - A destinação final dos resíduos deverá ser realizada por empresa **com Licença Ambiental de Operação – LAO** para essa atividade e adequada à legislação ambiental pertinente.

### 3. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

**I** - O recebimento provisório dos serviços de coleta será atestado pelo fiscal do contrato no ato da retirada dos resíduos sólidos no próprio **RELATÓRIO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS, ANEXO II** do termo de referência.

### 4. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO:

**I-** O termo de recebimento definitivo dos serviços de coleta e destinação final adequada, na forma do **ANEXO III** do termo de referência, será expedido pelo fiscal do contrato mediante a apresentação pela CONTRATADA dos seguintes documentos de controle, acompanhamento das etapas do processo para fins de comprovação da destinação dos resíduos:

a) **Manifesto de transporte de resíduos** devidamente preenchido com data da coleta, unidade geradora, peso líquido dos resíduos, veículo transportador, forma de destinação, bem como a identificação e as assinaturas dos responsáveis pela geração, transporte, **responsável técnico** e pelo recebimento nos locais de armazenamento temporário ou de destinação final, se houver;

**II** – Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, deverá a contratada apresentar juntamente com a nota fiscal o **termo de recebimento definitivo** dos serviços expedido pelo fiscal do contrato.

#### 4.1. Recebimentos parciais

a) **No TRE-RO:** Por questão de racionalidade e operacionalidade **NÃO** serão expedidos termos parciais de recebimentos para cada um dos resíduos coletados. A CONTRATADA deverá apresentar **TODOS** os manifestos referentes a **TODOS** os resíduos sólidos coletados, tanto na primeira quanto na segunda coleta, se houver.

### 5. DA COMPROVAÇÃO DA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS:

**I - A Portaria do Ministério do Meio Ambiente n. 280, de 29/06/2020**, que institui o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR nacional, ferramenta online, autodeclaratório, válido no território nacional, emitido pelo **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, entre outras regras, estabeleceu:

Art. 3º Para os efeitos desta Portaria e para a utilização do MTR, além das definições estabelecidas pela Lei nº 12.305, de 2010, entende-se por:

...

**II - Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDF:** documento emitido pelo Destinador e de sua exclusiva responsabilidade que atesta a tecnologia aplicada ao tratamento e/ou destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos em suas respectivas quantidades, contidos em um ou mais MTRs:

...

**Art. 14. Cabe ao destinador, fazer o aceite da carga de resíduos no sistema, procedendo a baixa dos respectivos MTRs, procedendo eventuais ajustes e correções, em um prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento da carga em sua unidade.**

§ 1º O não cumprimento do prazo disposto no caput sujeitará o destinador às sanções previstas na Legislação ambiental.

§ 2º O destinador poderá proceder a ajustes nas informações dos resíduos constantes no MTR, em caso de divergências quanto à quantidade, tecnologia de tratamento ou tipologia dos resíduos declaradas pelo gerador.

**§ 3º É de responsabilidade do destinador a emissão do Certificado de Destinação Final (CDF), assegurando ao gerador a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos.**

§ 4º O CDF somente será válido e reconhecido pelos órgãos ambientais competentes, quando emitido através do MTR.

§ 5º O destinador é o responsável pela veracidade e exatidão das informações constantes no CDF por ele emitido, documento que deve conter a assinatura digital do profissional responsável técnico pela destinação final realizada.

§ 6º A emissão do CDF deverá ser realizada apenas pelo destinador responsável, sendo vedada a emissão do CDF por agentes não envolvidos diretamente na destinação de resíduos, entre os quais os transportadores e os armazenadores temporários.  
§ 7º O MTR emitido pelo sistema, bem como o Relatório de Recebimento gerado pelo sistema, não substituem o CDF.

**II - De acordo com o artigo 19 dessa norma, a partir de 1º de janeiro de 2021 essas regras são obrigatórias.**

**III -** Em razão disso e sobretudo considerando que os órgãos estão sujeitos às normas da Portaria MMA n. 280/2020 pelo que determina o art. 20, I, da Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2020, a forma da comprovação da destinação final deverá ser realizada nos termos desse normativo, sendo que a execução plena dos serviços só ocorrerá com a comprovação da destinação final mediante a apresentação do Certificado de Destinação Final (CDF) pela contratada.

**IV -** Nesses termos, são obrigações da empresa coletora dos resíduos sólidos:

**a)** cadastrar os resíduos no SINIR e demonstrar para a Administração sua destinação final, seja feita por ela própria ou por terceira empresa contratada para isso, por meio dos seguintes documentos:

**a1) Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR:** documento numerado, gerado por meio do SINIR, que deverá acompanhar o transporte do resíduo até a destinação final ambientalmente adequada (art. 3º, VIII, da Portaria MMA n. 280/2020);

**a2) Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR** (art. 3º, I, da Portaria MMA n. 280/2020);

**a3) Aceite do destinatário final da carga de resíduos no sistema e a baixa dos respectivos MTRs,** com eventuais ajustes e correções, no prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento da carga em sua unidade (art. 14 da Portaria MMA n. 280/2020);

**a4) Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDF:** documento emitido pelo Destinador e de sua exclusiva responsabilidade que atesta a tecnologia aplicada ao tratamento e/ou destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos em suas respectivas quantidades, contidos em um ou mais MTRs (art. 3º, II, da Portaria MMA n. 280/2020).

**V - RESPONSABILIDADE PELOS RESÍDUOS APÓS SUA COLETA:** A responsabilidade pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelo CONTRATANTE e recolhidos pela CONTRATADA, incluindo o transporte, eventual armazenamento temporário e a respectiva destinação ou disposição final ambientalmente adequada, é INTEIRAMENTE da CONTRATADA, obrigando-se a ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer despesas que esses venham a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais aplicadas a essa atividade.

**VI -** A prática injustificada, pela CONTRATADA, de qualquer ato que impeça a destinação final dos resíduos e sua regular comprovação por meio do **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, acarretará a aplicação das sanções administrativas descritas no termo de referência.

## DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato e nos documentos a este vinculados, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas, conforme segue:

**1 - SANÇÕES MORATÓRIAS:** Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa moratória, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

**I -** Descumprir o prazo máximo de 15 (quinze) dias, após agendamento com o fiscal ou o gestor do contrato, para executar a coleta dos resíduos sólidos:

- a) até 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- c) de 11 (onze) a 30 (trinta) dias de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- d) atrasos superiores a 30 (trinta): multa de 6% (seis por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**II -** Descumprir o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para refazer ou corrigir os serviços não recebidos pela fiscalização:

- a) até 5 (cinco) dias úteis de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos;
- c) de 11 (onze) a 15 (trinta) dias úteis de atraso: multa de 10% (dez por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**III -** Descumprir a obrigação de registrar e apresentar ao CONTRATANTE os registros de todas as movimentações, até a destinação final, dos resíduos sólidos no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR:

- a) até 5 (cinco) dias úteis de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado;
- c) de 11 (onze) a 15 (trinta) dias úteis de atraso: multa de 10% (dez por cento) do valor contratado; podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**IV -** Praticar qualquer ato que embarace impeça a destinação final dos resíduos ou sua regular comprovação por meio do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR: multa de 10% (dez por cento) do valor contratado, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**V -** Descumprir de forma injustificada os prazos fixados pelo fiscal ou gestor do contrato para o cumprimento das demais obrigações contratuais, contados do recebimento da notificação:

- a) Até 5 (cinco) dias úteis: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;
- b) De 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis: multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;



c) Mais de 10 (dez) dias úteis: multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

**2 - SANÇÕES PUNITIVAS:** Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

**I** - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

**II** - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total estimado do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

**III** - suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

**V** - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).

**3** - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

**4** - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital respectivo, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008- TRE-RO.

**5** - Na aplicação das penalidades será sempre considerada a produção de prejuízo para o CONTRATANTE, podendo ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a juízo da Administração, observadas as regras da Instrução Normativa nº 004/08, disponível no site deste TRE-RO.

**6** - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

**7** - Sem prejuízo da rescisão deste instrumento – decretada no exercício do juízo de conveniência e oportunidade da CONTRATANTE - as condutas de inexecução parcial deste Contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações, como aquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, podem ser sancionadas com a pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal - SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002).

**8** - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

**9** - As multas previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração Contratante.





**10** - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

**11** - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada a CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação da CONTRATADA.

**12** - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado do pagamento da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

**13** - No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo pendente do valor das penalidades aplicadas ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União – DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).

**14** - De igual modo, no caso de a CONTRATADA não ter nenhum valor a receber deste Tribunal o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).

**15** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

**16** - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

**17** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**18** - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

**19** - O procedimento para aplicação de sanções observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

**20** - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

#### **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)**



**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção Das Sanções Administrativas deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** – A rescisão contratual poderá ser:

**I** - Por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

**II** - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo administrativo respectivo desde que haja conveniência para o contratante; e

**III** - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência deste instrumento, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** – Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

## **DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Art. 65 e seus §§, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às aquisições já efetuadas e aos serviços já realizados.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quinta** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste Contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** - Os preços dos serviços serão fixos e irrevogáveis. Contudo, caso ocorra a prorrogação dos contratos originados nas atas de registro de preços, os valores estipulados em contrato poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo, de acordo com regulamentação do órgão governamental competente.

**Subcláusula Sétima** – Havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

## **DA PUBLICAÇÃO**

**(Art. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

## **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Art. 55, XII, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** – À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Licitação respectivo e seus Anexos, nas Leis Federais 8.666/1993 (Licitações e



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

Contratos), 10.520/2002 (Pregão Eletrônico, 12.305/10 e 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), Lei Estadual 2.962/13 e Municipal 2.138/2014 e 546/2014, Decretos Federais 3555/2000, 7892/2013, 9507/2018, 10.024/2019 e 96.044/88, Resolução TSE 23.702/2022, Resolução CNJ 201/2015, Resoluções CONAMA n. 401/2008 e 452/2012, Resolução CONTRAM n. 168/2004, Instrução Normativa SG/MPDG n. 5/2017, Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010, as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), de forma subsidiária, Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), decisões e orientações do Tribunal de Contas da União – TCU, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e, ainda, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e Instrução Normativa TRE-RO 004/2008.

**Subcláusula única** – Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DO FORO**

**(Art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Pelo CONTRATANTE

Pela Contratada

Testemunha

Testemunha



## ANEXO VIII

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 11/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

#### 1. INTRODUÇÃO

**1.1.** Este termo de referência é elaborado em conformidade à legislação aplicável, com destaque para o disposto no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto n. 10.024, 20 de setembro de 2019; Decreto Federal n. 7.892 de 23 de janeiro de 2013; art. 19 da Instrução Normativa TRE-RO n. 004, de 30 de outubro de 2008 e, ainda, observando o Acordo de Cooperação Técnica, celebrado em 17 de outubro de 2017 entre diversos órgãos públicos do Estado de Rondônia, que institui a **ECOLIGA-RO**, que tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando o compartilhamento, implementação e integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental.

**1.2** Observa ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução TSE n. 23.234, de 25 de março de 2010, utilizando-se subsidiariamente, também **NO QUE APLICÁVEL**, a Instrução Normativa SG/MPDG n. 5, de 26 de maio de 2017 - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

#### 2. OBJETO

**2.1 FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS** pelos órgãos e entidades da Administração Pública para eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de **COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I – PERIGOSOS**, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, compreendendo também a pesagem, o transporte, eventual armazenamento temporário e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos produzidos pelos seguintes órgãos:

**2.1.1 ÓRGÃO GERENCIADOR:** Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) - Código da UASG: 070024.

**2.1.2 ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

I - Procuradoria da República no Estado de Rondônia - Código da UASG: 200046;

II - Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia - Código da UASG: 090025;

III - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - Código da UASG: 935002;

IV - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - Código da UASG: 925006;

V - Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região - Código da UASG: 200095;

VI - Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Código da UASG: 080015.

#### 2.2 DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

##### 2.2.1 REGRAS GERAIS:

**I** - Os serviços são constituídos pela coleta, eventual armazenamento temporário, transporte e destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos Classe I – Perigosos, de resíduos sólidos dessa categoria armazenados nas dependências dos órgãos que participam do registro de preços.



**II - DEFINIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE ACORDO COM O ITEM 3.1 DA NBR 10004:2004:** Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. São incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistema de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

**III - RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE:** Além dos resíduos sólidos descritos no item II acima, há também alguns **RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, de acordo com a classificação da **NBR 12.808:2016**.

**IV -** Há também, uma pequena quantidade dos seguintes materiais: corretivo líquido, água sanitária, inseticida, fósforos e álcool em gel vencido, aditivo de água de radiador e descarbonizante e goma para chapa *off-set*, conforme especificados neste TR.

**V -** A execução dos serviços especializados de coleta, eventual armazenamento temporário, transporte e destinação final adequada de resíduos sólidos Classe I – Perigosos produzidos pelos órgãos que integram o registro de preços deverão observar as disposições contidas neste termo de referência, os normativos federais, estaduais e municipais que versem sobre seu objeto e as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais órgãos que expeçam normativos para os serviços aqui tratados.

**VI - LOCAL E HORÁRIO DAS COLETAS:** As coletas serão realizadas nos locais e horários informados no quadro adiante:

TABELA 1		
ÓRGÃO	ENDEREÇO	DIA/HORÁRIO DAS COLETAS
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-901, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Procuradoria da República no Estado de Rondônia	Rua José Camacho, 3307, Embratel, CEP 76820-886, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 2203, Centro, CEP 76805-902, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 4229, Olaria, CEP 76801-327, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Rua José Camacho, 585, Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região	Av. Presidente Dutra, 4055, Olaria, CEP 76801-327, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	Av. Almirante Barroso, 600, Centro, CEP 76801-901, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato

**VII – ALTERAÇÕES:** Havendo impossibilidade justificada de proceder a uma coleta de resíduos agendada, a contratada deverá comunicar, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data agendada, o fato à fiscalização do contrato para que sejam tomadas as medidas preventivas necessárias e o reagendamento da coleta.

**VIII - RESPONSABILIDADE PELOS RESÍDUOS APÓS SUA COLETA:** A responsabilidade pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelos órgãos contratantes e recolhidos pela contratada, incluindo o transporte, eventual armazenamento temporário e a respectiva destinação ou disposição final ambientalmente adequada, é INTEIRAMENTE da contratada, obrigando-se a ressarcir aos contratantes quaisquer despesas que esses venham a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais aplicadas a essa atividade.

## 2.2.2 TIPOS DE RESÍDUOS:

**I - RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS**, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, diante relacionados:

a) LÂMPADAS FLUORESCENTES (NBR 10004:2004 - código de Classificação F044), constituinte perigoso: mercúrio; característica da periculosidade: tóxico; incluem-se nessa coleta também lâmpadas de LED (*Light Emitting Diode*);

b) PILHAS E BATERIAS E NO BREAKS (NBR 10004:2004 - Código de Classificação F042, constituinte perigoso: chumbo e ácido sulfúrico; característica da periculosidade: tóxico e corrosivo;

b1) consideram-se pilhas e baterias as que contenham em sua composição, um ou mais dos elementos chumbo, mercúrio, cádmio, lítio, níquel e seus compostos.

c) PERIFÉRICOS E SUPRIMENTOS INSERVÍVEIS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, tais como fitas de impressora matricial, cartuchos de toner de impressora a laser; mouse, teclado, CPU, monitores, placas de circuito impresso, kit de manutenção fotocondutor de impressora a laser e cabos de computador;

d) SUCATAS E SUPRIMENTOS INSERVÍVEIS DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS;

e) SUCATAS E SUPRIMENTOS INSERVÍVEIS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, tais como carregador de celular ou de pilhas, controle remoto, fone de ouvidos (art. 33, inciso V, da Lei n. 12.305/2010);

f) LÂMPADAS, CABEÇOTE DE APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO - **RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE:** elementos plástico, metais eletrônicos, sem componente radioativo (laudo juntado no evento [0690247](#));

g) ÓLEO DE ARREFECIMENTO DE CABEÇOTE DE APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO - **RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE:** sem componente radioativo (laudo juntado no evento [0690247](#)) - (NBR 10004:2004 - código de Classificação F430);

h) CORRETIVO LÍQUIDO: A **composição** básica: óxido de titânio (responsável pela cor branca na maioria das tintas), água (solvente), etanol (solvente, contribui para que a secagem seja rápida), polímero (para dar consistência) e dispersantes (para manter a mistura uniforme);

i) ÁGUA SANITÁRIA: A composição química da água sanitária é basicamente hipoclorito de sódio ou de cálcio em solução com uma proporção de “cloro ativo” de cerca de 2,5%;

j) INSETICIDA: Inseticida Marca Kellthine, vencida em 2017, frascos de 300mL/170g, composição: Ativos, emulsificantes, mascarante, solvente, antioxidantes, água e propelente. Ingredientes ativos: D'aletrina: 0,10% p/p; D'tetrametrina: 0,10% p/p; Cifenotrina: 0,13% p/p;

k) FÓSFOROS: Cada caixa com 240 fósforos de segurança longos, composição: Fósforo, Clorato de Potássio e aglutinantes;

I) **ÁLCOOL EM GEL VENCIDO:** Frasco com 420g, composição: Álcool, água, aloebarbadensis extract, glycerin; carbomer, Triethanolamine, Methylchloroisothiazolinone, Methylchloroisothiazolinone;

m) **APARELHO PARA RAO X:** elementos plásticos, metais eletrônicos, **sem componente radioativo** (laudo juntado no evento [0690247](#));

n) **MATERIAL INSERVÍVEL HOSPITALAR - RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE:** materiais de utilização com pacientes na área odontológica, bem como os utilizados indiretamente pelos protéticos na confecção de próteses diversas, agulhas, amálgama, anestésicos, broca, cimento odontológico, espátula odontológica, filmes para raios-X, platina, seringas, sugador e afins (lista completa juntada no evento [0723841](#) do PSEI [0001669-94.2021.6.22.8000](#));

o) Aditivo de água de radiador e descarbonizante;

p) Goma para chapa off-set.

**II** - Devem ser observadas as normas definidas na ABNT NBR 12810:2020 para os materiais enquadrados como **resíduos de serviços de saúde**.

### 2.2.3 FORMA DE EXECUÇÃO DAS COLETAS:

**I** - Todos os resíduos Classe I – Perigosos encontram-se armazenados em locais reservados pelos órgãos contratantes em espaços de sua propriedade, nos endereços informados neste TR;

**II** - Após a coleta dos resíduos será expedido pelo contratante o **RECEBIMENTO PROVISÓRIO DOS SERVIÇOS**, devidamente assinado pelas partes, com indicação de data, horário, espécie e quantidade de cada resíduo pesado e coletado pela contratada, além da comprovação das demais exigências contidas no termo de entrega;

**III** - A pesagem será realizada com a utilização de balança aferida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, de propriedade da contratada;

**IV** - Quantitativo estimado de resíduos para coleta:

TABELA 2: RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS									
TIPO DE RESÍDUO DIVERSOS ITENS		QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE CADA RESÍDUO POR ÓRGÃO (KG)							QUANTITATIVOS: TOTAL ESTIMADO DE CADA RESÍDUOS A SER COLETADO EM TODOS OS ÓRGÃOS (KG)
		Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia <b>TRE-RO</b>	Procuradoria da República no Estado de Rondônia <b>MPF/RO</b>	Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia	Tribunal de Contas do Estado de Rondônia <b>TCE/RO</b>	Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia <b>TJ/RO</b>	Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região <b>PRT- 14</b>	Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região <b>TRT -14</b>	
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescente s e de LED	220	10	350	30	332	30	100	1072,00
<b>ITEM 2</b>	Pilhas, baterias, no breaks	71	60	15	4500	2636	20	500	<b>7.802,00</b>





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

<b>ITEM 3</b>	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	7	70	100	550	-	100	100	<b>927,00</b>
<b>ITEM 4</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	-	60	-	250	4.185	10	50	<b>4.555,00</b>
<b>ITEM 5</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	31	30	100	150	1755,50	100	100	<b>2.266,50</b>
<b>ITEM 6</b>	Lâmpadas, cabeçote de aparelho de raio X odontológico	22	-	-	-	-	-	-	<b>22,00</b>
<b>ITEM 7</b>	Óleo de arrefecimento de cabeçote de aparelho de raio x odontológico	1,00	-	-	-	1521	-	-	<b>1522,00</b>
<b>ITEM 8</b>	Corretivo líquido inservível	-	-	-	-	15,50	5	-	<b>20,50</b>
<b>ITEM 9</b>	Inseticida inservível	-	-	-	-	18,00	-	-	<b>18,00</b>
<b>ITEM 10</b>	Fósforos inservíveis	-	-	-	-	1,50	-	-	<b>1,50</b>
<b>ITEM 11</b>	Álcool em gel vencido		30	-	-	-	-	-	<b>30,00</b>
<b>ITEM 12</b>	Aparelho para raio X inservível	31	-	-	-	-	-	-	<b>31,00</b>
<b>ITEM 13</b>	Materiais hospitalares diversos	50	-	-	-	-	-	60	<b>110,00</b>



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

	inservíveis								
<b>ITEM</b> <b>14</b>	Aditivo de água de radiador e descarbonizante	-	-	-	-	132	-	-	<b>132,00</b>
<b>ITEM</b> <b>15</b>	Goma para chapa off-set	-	-	-	-	16	-	-	<b>16,00</b>
<b>QUANTITATIVO ESTIMADO – TOTAIS POR ÓRGÃO E TOTAL GERAL (KG)</b>		<b>433,00</b>	<b>260,00</b>	<b>565,00</b>	<b>5.480,00</b>	<b>10.612,50</b>	<b>265,00</b>	<b>910,00</b>	<b>13.877,50</b>

V - Os quantitativos descritos na Tabela 2 são estimativos e não obrigam os órgãos contratantes na sua execução integral durante a vigência do futuro contrato.

**VI - CRONOGRAMA E QUANTITATIVO ESTIMADO DAS COLETAS:**

**TABELA 3: CRONOGRAMA E QUANTITATIVO DAS COLETAS**

<b>QTIDADE ESTIMADA DE CADA ÓRGÃO (KG)</b>		<b>MÊS ESTIMADO PARA 1ª COLETA</b>	<b>QTDDE ESTIMADA DA 1ª COLETA (KG)</b>	<b>MÊS ESTIMADO PARA 2ª COLETA</b>	<b>QTDDE ESTIMADA DA 2ª COLETA (KG)</b>
TRE-RO	433	Novembro/2022	433	-	-
MPF/RO	260	Setembro/22	160	Março/23	100
JUSTIÇA FEDERAL RO	565	Novembro/22	300	Maio/23	265
TCE-RO	5.480	Segundo semestre de 2022	3460	2023	2020
TJ/RO	10.612,50	agendar com o órgão			agendar com o órgão
PRT-14	265			Novembro	265
TRT-14	910	Novembro/22	não informou	abril/23	não informou
<b>IMPORTANTE:</b> Desde que seja possível a operacionalização pela contratada e havendo concordância dos órgãos, as coletas previstas para um mesmo mês, poderão ser realizadas de forma unificada em todos os órgãos.					



**VII** - Os serviços de pesagem, coleta, manuseio e transporte deverão ser realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

**VIII** – Os resíduos deverão ser segregados e acondicionados pela contratada para transporte em conformidade com a legislação de serviços de coleta, manuseio e transporte realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

**IX** - O transporte deverá ser realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da **ABNT NBR 13221:2017** e, para os **RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, de acordo com as normas da **NBR 12.810:2020**, com **Licença Ambiental de Operação – LAO** para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

**X** - Os resíduos coletados poderão permanecer temporariamente armazenados em local adequado sob **TOTAL** responsabilidade da Contratada para encaminhamento oportuno à destinação final, desde que devidamente comprovada a **Licença Ambiental de Operação – LAO para armazenamento temporário no local de resíduos perigosos Classe I**;

**XI** - As lâmpadas devem ser comprovadamente descontaminadas ou encaminhadas para empresa especializada na descontaminação. O processo de descontaminação deverá compreender a ruptura controlada que permita a captura do vapor de mercúrio, a separação e desmercurização dos componentes, e a destinação final que contemple o beneficiamento e o retorno à cadeia produtiva dos materiais recicláveis que as compõem.

**XII** - As pilhas, as baterias, os periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática, de máquinas fotocopadoras, de eletroeletrônicos, assim como os demais equipamentos inservíveis, devem ser comprovadamente reprocessadas ou encaminhados para empresas especializadas no reprocessamento por meio de processos que permitam a obtenção de sais e óxidos metálicos comprovadamente destinados como matéria-prima industrial;

**XIII** - Os materiais adiante descritos, a saber: óleo de arrefecimento de cabeçote de aparelho de raio x odontológico - **sem componente radiotivo**, corativo líquido, água sanitária, inseticida, fósforos e álcool em gel, aditivo de água de radiador e descarbonizante e goma para chapa *off-set*, devem ser comprovadamente reprocessados ou encaminhados para empresas especializadas no reprocessamento por meio de processos que permitam a obtenção de produtos comprovadamente destinados à matéria-prima industrial ou destinados de forma final e adequada à legislação ambiental que rege cada um deles;

**XIV** - A movimentação dos resíduos sólidos para destinação final deverá ser registrada no **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, disciplinado pela **Portaria do Ministério do Meio Ambiente n. 280, de 29/06/2020**;

**XV** - A destinação final dos resíduos deverá ser realizada por empresa **com Licença Ambiental de Operação – LAO** para essa atividade e adequada à legislação ambiental pertinente;

**XVI - POSSIBILIDADE DE VISITA TÉCNICA:** Havendo interesse, os interessados poderão **agendar previamente** visita técnica aos locais nos quais estão armazenados os resíduos sólidos, que poderá ocorrer até a data da apresentação das propostas (Acórdão TCU 1.979/2006-Plenário) e nos termos acordados pelos interessados com cada órgão por meio dos contatos descritos no quadro adiante:

QUADRO - AGENDAMENTO DE VISITA TÉCNICA	
Órgão	Contato
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Servidores Rudma Rosa Costa e Jamil Januário da Coordenadoria de Material e Patrimônio, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou pelos telefones (69) 3211-2143 ou ainda, pelo e-mail: <a href="mailto:comap@tre-ro.jus.br">comap@tre-ro.jus.br</a> .



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

Procuradoria da República no Estado de Rondônia	Servidor Anderson de Melo Braga, telefone (69) 3216-0560, e-mail: <b>prro-selog@mpf.mp.br</b> , Rua José Camacho, 3307, Embratel, Porto Velho/RO.
Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia	Servidor Alex Correa Leles, telefones (69) 99261-0283, (69) 2181-5756, e-mail: <b>secad.ro@trf1.jus.br</b> e <b>nuasg.ro@trf1.jus.br</b> , Av. Presidente Dutra, 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO.
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	Servidor José Carlos de Souza Colares, telefone (69) 3609-6212, e-mail: <b>despat@tce.ro.gov.br</b> , Av. Presidente Dutra, 4229, bairro Olaria, Porto Velho/RO.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Servidora Maiara Ribeiro de Moraes – Coordenadora da NAGES, telefone (69) 32171114, 3211.1369, e-mail: <b>nages@tjro.jus.br</b> , Rua José Camacho, 585, Olaria, Porto Velho/RO.
Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região	Servidor André Cortez de Oliveira, telefone (69) 3216-1200/99285- 0834, e-mail: <b>prrt14.slcc@mpt.mp.br</b> , Av. Presidente Dutra, 4055, bairro Olaria, Porto Velho/RO.
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	Servidor Rodrigo Araújo da Silva, telefone (69) 3218-6431/6432, e-mail: <b>clc@trt14.jus.br</b> , Av. Almirante Baroso, 600, Porto Velho/RO.

**XVII** - Os materiais estão minudamente descritos no item 2.2.2, I do termo de referência, motivo pelo qual entende-se desnecessárias fotos dos materiais que serão coletados. Além disso, tratam-se de resíduos considerados comuns, do conhecimento, trato e manuseio das empresas desse ramo comercial. Todavia, o acesso a características adicionais, se realmente julgadas necessárias por algum interessado, poderão ser verificadas quando de eventual visita técnica.

### **2.3 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO:**

**I** - O recebimento provisório dos serviços de coleta será atestado pelo fiscal do contrato no ato da retirada dos resíduos sólidos no próprio **RELATÓRIO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS, ANEXO II** deste termo de referência.

### **2.4. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO:**

**I** - O termo de recebimento definitivo dos serviços de coleta e destinação final adequada, na forma do **ANEXO III** deste termo de referência, será expedido pelo fiscal do contrato mediante a apresentação pela contratada dos seguintes documentos de controle, acompanhamento das etapas do processo para fins de comprovação da destinação dos resíduos:

a) **Manifesto de transporte de resíduos** devidamente preenchido com data da coleta, unidade geradora, peso líquido dos resíduos, veículo transportador, forma de destinação, bem como a identificação e as assinaturas dos responsáveis pela geração, transporte, **responsável técnico** e pelo recebimento nos locais de armazenamento temporário ou de destinação final, se houver;

**II** – Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, deverá a contratada apresentar juntamente com a nota fiscal o **termo de recebimento definitivo** dos serviços expedido pelo fiscal do contrato.

#### 2.4.1. Recebimentos parciais

a) **No TRE-RO:** Por questão de racionalidade e operacionalidade NÃO serão expedidos termos parciais de recebimentos para cada um dos resíduos coletados. A contratada deverá apresentar TODOS os manifestos referentes a TODOS os resíduos sólidos coletados, tanto na primeira quanto na segunda coleta, se houver;

b) **Nos demais órgãos:** Deverá ser definido previamente às coletas com o representante de cada órgão.

#### 2.5. DA COMPROVAÇÃO DA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS:

**I - A Portaria do Ministério do Meio Ambiente n. 280, de 29/06/2020**, que institui o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR nacional, ferramenta online, autodeclaratório, válido no território nacional, emitido pelo **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, entre outras regras, estabeleceu:

Art. 3º Para os efeitos desta Portaria e para a utilização do MTR, além das definições estabelecidas pela Lei nº 12.305, de 2010, entende-se por:

...

**II - Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDF:** documento emitido pelo Destinador e de sua exclusiva responsabilidade que atesta a tecnologia aplicada ao tratamento e/ou destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos em suas respectivas quantidades, contidos em um ou mais MTRs:

...

**Art. 14. Cabe ao destinador, fazer o aceite da carga de resíduos no sistema, procedendo a baixa dos respectivos MTRs, procedendo eventuais ajustes e correções, em um prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento da carga em sua unidade.**

§ 1º O não cumprimento do prazo disposto no caput sujeitará o destinador às sanções previstas na Legislação ambiental.

§ 2º O destinador poderá proceder a ajustes nas informações dos resíduos constantes no MTR, em caso de divergências quanto à quantidade, tecnologia de tratamento ou tipologia dos resíduos declaradas pelo gerador.

**§ 3º É de responsabilidade do destinador a emissão do Certificado de Destinação Final (CDF), assegurando ao gerador a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos.**

§ 4º O CDF somente será válido e reconhecido pelos órgãos ambientais competentes, quando emitido através do MTR.

§ 5º O destinador é o responsável pela veracidade e exatidão das informações constantes no CDF por ele emitido, documento que deve conter a assinatura digital do profissional responsável técnico pela destinação final realizada.

§ 6º A emissão do CDF deverá ser realizada apenas pelo destinador responsável, sendo vedada a emissão do CDF por agentes não envolvidos diretamente na destinação de resíduos, entre os quais os transportadores e os armazenadores temporários.

§ 7º O MTR emitido pelo sistema, bem como o Relatório de Recebimento gerado pelo sistema, não substituem o CDF.

**II - De acordo com o artigo 19 dessa norma, a partir de 1º de janeiro de 2021 essas regras são obrigatórias.**

**III -** Em razão disso e sobretudo considerando que os órgãos estão sujeitos às normas da Portaria MMA n. 280/2020 pelo que determina o art. 20, I, da Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2020, a forma da comprovação da destinação final deverá ser realizada nos termos desse normativo, sendo que a execução plena dos serviços só ocorrerá com a comprovação da destinação final mediante a apresentação do Certificado de Destinação Final (CDF) pela contratada.

**IV** - Nesses termos, são obrigações da empresa coletora dos resíduos sólidos:

**a)** cadastrar os resíduos no SINIR e demonstrar para a Administração sua destinação final, seja feita por ela própria ou por terceira empresa contratada para isso, por meio dos seguintes documentos:

**a1) Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR:** documento numerado, gerado por meio do SINIR, que deverá acompanhar o transporte do resíduo até a destinação final ambientalmente adequada (art. 3º, VIII, da Portaria MMA n. 280/2020);

**a2) Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR** (art. 3º, I, da Portaria MMA n. 280/2020);

**a3) Aceite do destinatário final da carga de resíduos no sistema e a baixa dos respectivos MTRs**, com eventuais ajustes e correções, no prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento da carga em sua unidade (art. 14 da Portaria MMA n. 280/2020);

**a4) Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDF:** documento emitido pelo Destinador e de sua exclusiva responsabilidade que atesta a tecnologia aplicada ao tratamento e/ou destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos em suas respectivas quantidades, contidos em um ou mais MTRs (art. 3º, II, da Portaria MMA n. 280/2020).

**V - RESPONSABILIDADE PELOS RESÍDUOS APÓS SUA COLETA:** A responsabilidade pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelos órgãos contratantes e recolhidos pela contratada, incluindo o transporte, eventual armazenamento temporário e a respectiva destinação ou disposição final ambientalmente adequada, é INTEIRAMENTE da contratada, obrigando-se a ressarcir aos contratantes quaisquer despesas que esses venham a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais aplicadas a essa atividade.

**VI** - A prática injustificada, pela contratada, de qualquer ato que impeça a destinação final dos resíduos e sua regular comprovação por meio do **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, acarretará a aplicação das sanções administrativas descritas neste termo de referência.

### 3. JUSTIFICATIVA

#### 3.1 DA NECESSIDADE:

**I** - Em razão de suas atividades institucionais o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e os cartórios Eleitorais em todo o Estado são fontes de produção de resíduos sólidos.

**II** - A preocupação com a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos não é novidade na Justiça Eleitoral de Rondônia.

**III - Desde o ano de 2017** o Tribunal mantém um acordo com a Prefeitura Municipal de Porto Velho, por meio do qual a municipalidade, por intermédio de empresa concessionária dos serviços de coleta de lixo doméstico - recolhe semanalmente os **resíduos sólidos de papel** produzidos nas unidades da sede do Tribunal, os quais são coletados separadamente dos demais.

**IV** - Também no ano de 2017, nos autos do Processo SEI 0001980-27.2017.6.22.8000 deu-se a contratação da empresa PAZ AMBIENTAL LTDA. para realizar a coleta e descarte de lixo hospitalar infectante, recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela Seção de Assistência Médico Odontológica – SAMES deste Tribunal.

**V** - Além disso, a partir do ano de 2018 os contratos de serviços de manutenção predial e obras no Município de Porto Velho têm disciplinado a obrigação de as empresas contratadas realizarem a gestão dos resíduos gerados na execução desses serviços em cumprimento à Portaria Conjunta SEMA/SEMUSB n. 30 de 17/05/2016, publicada no Diário



Oficial do Município de Porto Velho, de 17/05/2016, norma editada para cumprimento do art. 35 da Lei n. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**VI** - Nessa linha, este Tribunal vem implantando em suas contratações, de forma paulatina, o comando da sustentabilidade introduzida no artigo 3º, da Lei n. 8.666/93 pela Lei n. 12.349/2010 (regulado pelo Decreto n. 7746/2012). Cita-se, apenas como exemplo:

a) - Processo SEI 0000885-25.2018.6.22.8000: Exigência de comprovação de registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6938, de 1981 para aquisição de **mobiliários que empregam madeira em sua fabricação**;

b) Processo SEI 0001251-64.2018.6.22.8000: **Aquisição de máquinas e equipamentos**: Exigência de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou, ainda, uma DECLARAÇÃO de que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*) e considerando que os bens são equipados com baterias de médio porte, exigência do cumprimento da obrigação de recolhimento e destinação ambientalmente adequada desses produtos, na forma do Art. 33, II, da Lei n. 12305/2010 e da Resolução CONAMA n. 401/2008.

c) Processo SEI 0000420-79.2019.6.22.8000: **aquisição eventual de bens permanentes diversos de informática**: Exigências:

c1) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) (Art. 5º, IV, a Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010);

c2) Os equipamentos devem possuir Certificado Energy Star ou certificação similar emitida por entidade ou laboratório reconhecido obrigatoriamente pelo INMETRO, comprovando que os equipamentos ofertados apresentam consumo eficiente de energia elétrica;

c3) comprovante de registro do fabricante do equipamento ofertado no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais;

c4) Em cumprimento ao art. 33, VI, da Lei 12.305/2010, atualmente regulamentada pelo Decreto n. 10.936, de 12/01/2022, a futura contratada deverá realizar, sem qualquer ônus ao contratante, a **logística reversa** dos equipamentos cotados e destinar o material de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, especialmente observando o procedimento e obrigações instituídos pela Lei do Estado de Rondônia n. 2.962/2013 e pela Lei do Município de Porto Velho n. 2.138/2014.

**VII** - Como visto, as atuais contratações têm demonstrado preocupação com a destinação futura de resíduos de construção civil, baterias, equipamentos de microinformática e eletroeletrônicos bem como há contrato para destinação dos resíduos hospitalares. Ocorre que os demais resíduos, bem como aqueles já produzidos pela Justiça Eleitoral de Rondônia ainda não têm sua destinação adequada ambientalmente.

**VIII** - Nesse sentido esta contratação se justifica pela necessidade da destinação ambientalmente adequada dos resíduos perigosos em cumprimento à **Lei n. 6.938/1981**, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente e à **Lei n. 12.305/2010**, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**IX** - Além disso, o **Art. 6º da Resolução CNJ n. 347/2020** estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar e implementar Planos de Logística Sustentável – PLS, cuja gestão está prevista no **Art. 4º da Resolução CNJ n. 400/2021**, editadas também em cumprimento às recomendações contida no **Acórdão TCU n. 1.752/2011 – Plenário** – que determina aos órgãos do Poder Judiciário a criação de unidades ou núcleos socioambientais para implantarem Planos de Logística Sustentável (PLS), responsáveis por fomentar ações que estimulem a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, em observância às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA quanto ao descarte adequado do produto ao fim de sua vida útil, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos.



**X** - A referida **Resolução CNJ n. 400/2021** prevê em seu art. 20, IV, entre as as práticas de sustentabilidade, formas de descarte adequado do produto ao fim de sua vida útil, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial o **emprego da logística reversa na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes, e resíduos de serviço de saúde**, observadas as limitações de cada município.

**XI** - Neste Tribunal o **PLS 2020-2025** está disciplinado pela **Portaria n. 131/2020**, instrumento balizador das ações e estratégias voltadas para o desenvolvimento sustentável no TRE-RO.

**XII** - Por fim, registre-se que este Tribunal, na condição de gerador de resíduos sólidos não apenas equiparados aos domiciliares, deve elaborar um **PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS** em cumprimento ao art. 20 da Lei n. 12.305/2010.

**XIII** - Referido documento deverá conter, entre outros elementos: **a)** diagnóstico de **TODOS** os resíduos sólidos gerados ou administrados, com origem, volume e caracterização dos resíduos, incluindo passivos ambientais a eles relacionados; **b)** definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador, aí incluída a destinação adequada; **c)** metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos.

**XIV** - Contudo, é premente a necessidade de destinação final adequada dos resíduos descritos neste termo de referência em razão do grande volume que vem se acumulando nos últimos anos, o armazenamento inadequado e, até, a possibilidade de eventual acidente ambiental gerado pelos resíduos.

**XV** - Por fim, as constantes reuniões da **ECOLIGA-RO** (coletivo instituído pelo Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 17 de outubro de 2017 entre diversos órgãos públicos do Estado de Rondônia, que tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando o compartilhamento, implementação e integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental), revelaram que todos os órgãos possuem estoque de resíduos para destinação ambientalmente adequada e o interesse em participar de uma contratação conjunta como forma de ampliar o leque de licitantes possibilitar a redução do preço contratado pela economia de escala da futura prestadora dos serviços.

**XVI** - Essa contratação conjunta com os órgãos que integram a **ECOLIGA-RO** permite a utilização do **sistema de registro de preços** com fundamento no art. 3º, III, do Decreto Federal n. 7.892/2013 e já foi implementada com êxito no ano de 2019 no PSEI [0000739-47.2019.6.22.8000](https://pse1.tre-ro.jus.br/).

### 3.2 DA SOLUÇÃO APONTADA:

**I** - A Lei Complementar Municipal n. 546/2014, publicada no DOM, de 24/10/2014, dispõe sobre a coleta regular e seletiva de resíduos sólidos no Município de Porto Velho.

**II** - Referida Norma Municipal inclui os resíduos tratados neste termo de referência na categoria de **RESÍDUOS SÓLIDOS DIFERENCIADOS COM TRATAMENTOS ESPECÍFICOS (art. 1º, IV)**. Todavia, a Municipalidade não definiu a competência de seus órgãos para a coleta e destinação final desses resíduos, apenas mencionado que esses procedimentos deverão obedecer às normatizações específicas para cada tipo de resíduo.

**III** - Na verdade, verifica-se a Lei n. 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece no art. 10 que incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, porém não cria essa obrigação de coleta e destinação.

**IV** - Dessa forma, como este órgão, por sua condição de gerador de resíduos sólidos, está sujeito à observância da Lei n. 12.305/2010 (art. 1º, § 1º) e não dispõe de estruturas próprias e adequadas para a sua destinação ambiental adequada, resta a via da contratação de pessoa jurídica especializada na prestação desses serviços.

**V** - Registre-se, ainda, que essa solução somente foi apontada após a verificação: a) da inexistência de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis de Resíduos Sólidos Classe I –

Perigosos na cidade de Porto Velho, em condições de atender às regras definidas neste TR e b) da não localização de empresas do ramo que pudessem coletar de forma não onerosa os Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos na cidade de Porto Velho.

#### 4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

I - Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas à produção de resíduos sólidos, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

II - Além disso, a contratação buscada:

a) No que diz respeito aos aspectos da SUSTENTABILIDADE, é um dos VALORES do TRE-RO e uma das ESTRATÉGIAS sob a perspectiva dos PROCESSOS INTERNOS estabelecida no **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2011-2026**;

b) Tem como produto um serviço que representa um **INDICADOR MONITORADO** pela atual Resolução CNJ 400/2021, reproduzido no **PLS 2020-2025** deste Tribunal, consistente na **GESTÃO DE RESÍDUOS** por meio do **DESCARTE SUSTENTÁVEL**;

c) Está prevista no **Plano Anual de Contratações** deste exercício (linha 129 da planilha que compõe o PAC2021 juntado no evento [0647494](#)).

#### 5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

I - O art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, a Administração Pública pode exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de materiais e contratação de serviços.

II - Tem-se ainda nessa seara normativa a Resolução do CONAMA n. 401/2008, a Lei Federal n. 12.187/2009, que institui a política nacional sobre mudança do clima, a Lei Federal n. 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, a Medida Provisória n. 495/2010, convertida na Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que incluiu como finalidade da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

III - Em sede local, a Lei Estadual n. 2.962/2013 e municipal n. 2.138/2014 institui normas e procedimentos para coleta, armazenagem e destinação final de eletrodomésticos e produtos eletroeletrônicos considerados como lixo tecnológico, no âmbito, respectivamente, do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho.

IV- Em cumprimento a esses dispositivos e também porque os serviços buscados nesta contratação estão regidos por legislação ambiental federal, estadual e municipal, está sendo exigido das licitantes a comprovação de licença ambiental de operação das atividades que integram os serviços e, ainda, de forma específica, por meio de declaração na fase de habilitação:

a) que os serviços de pesagem, coleta, manuseio e transporte devam ser realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

b) que os resíduos devam ser segregados e acondicionados pela contratada para transporte em conformidade com a legislação de serviços de coleta, manuseio e transporte realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

c) que o transporte deva ser realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da **ABNT NBR 13221:2017** e, para os **RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, de acordo com as normas da **NBR 12.810:2020**, com **Licença Ambiental de Operação – LAO** para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos, devidamente



identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

d) que os resíduos coletados podem permanecer temporariamente armazenados em local adequado sob TOTAL responsabilidade da Contratada para encaminhamento oportuno à destinação final, desde que devidamente comprovada a **Licença Ambiental de Operação – LAO para armazenamento temporário no local de resíduos perigosos Classe I**.

V - Além disso, não vislumbrando algum outro requisito sustentável previsto no art. 6º da IN SLTI/MPOG n. 001/2010, **será exigido da futura contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio ao contratante de todos os documentos decorrentes da execução do contrato.**

## 6. PREÇO ESTIMADOS DOS SERVIÇOS E ORÇAMENTO

### 6.1 DO PREÇO ESTIMADO:

Nos termos do art. 15, §3º, do Decreto 10.024/19, o preço estimado para contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

### 6.2 DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO TRE-RO:

6.2.1 Tratando-se de formação de registro de preços não há necessidade de indicação da dotação orçamentária nesta fase do procedimento (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013). As fontes orçamentárias para o custeio da despesa no TRE-RO está indicada no quadro adiante:

TABELA 11: FONTE ORÇAMENTÁRIA - 2022 TRE-RO	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Manutenção Geral / Orçamento Ordinário
AGREGADOR	Manutenção da Infraestrutura Física
DESPESA AGREGADA	Limpeza e conservação
PLANO INTERNO	AIEF LIMPEZ
VALOR ESTIMADO 2022	

TABELA 12 FONTE ORÇAMENTÁRIA DEMAIS ÓRGÃOS	
ÓRGÃO	INFORMAÇÃO SOBRE A FONTE ORÇAMENTÁRIA
Procuradoria da República no Estado de Rondônia	



Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia	
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	
Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região	
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	

## 7. FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

### 7.1 CABIMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

I - Registra-se que não há SRP vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste TR.

II - Conforme já registrado no Capítulo 3 deste TR, levantamento realizado pelos membros da **ECOLIGA-RO** (coletivo instituído pelo Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 17 de outubro de 2017 entre diversos órgãos públicos do Estado de Rondônia, que tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando o compartilhamento, implementação e integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental), revelaram que todos os órgãos possuem estoque de resíduos para destinação ambientalmente adequada e o **interesse em participar de contratações conjunta como forma de ampliar o leque de licitantes e possibilitar a redução do preço contratado pela economia de escala da futura prestadora dos serviços.**

III - Essa contratação conjunta com os órgãos que integram a **ECOLIGA-RO**, permite, por si só, a utilização do sistema de registro de preços com fundamento no **art. 3º, III, do Decreto Federal n. 7.892/2013.**

IV - Verifica-se ainda que a praticamente todos os órgãos está optando pela coleta parcelada em dois (2) eventos, situação que também justifica a formação de registro de preços com fundamento no **art. 3º, II, do Decreto Federal n. 7.892/2013.**

**V - CRONOGRAMA DOS SERVIÇOS:** O cronograma previsto para a execução dos serviços está descrito na Tabela 3 que consta do Capítulo 2, subitem 2.2.3, VI, deste termo de referência.

### 7.2 DISPENSA DE DIVULGAÇÃO DA IRP:

I - Em cumprimento ao disposto no art. § 1º do art. 4º do Decreto n. 7.892/2013, a Coordenadoria de Material e Patrimônio se manifesta pela dispensa da divulgação da intenção registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) porque a consulta aos demais órgãos foi realizada em momento anterior, durante o planejamento desta contratação, e os interessados já se manifestaram e integram este registro de preços na condição de órgãos participantes, no total de 06 (seis).

### 7.3 UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:



I - Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

**II - JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário:** Justifica-se a possibilidade de adesão: **a)** em razão da natureza dos serviços, os quais poderão atender outros órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP; **b)** além disso, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes também tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

III - De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

IV - De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.862/2013.

V - No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018** - e, por fim, na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

## 8. CERTAME LICITATÓRIO

### 8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

I - Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e, ainda pelo cumprimento **padronizado** da legislação sobre eles aplicáveis. Por tal motivo, é possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Assim, deverá ser adotada a **modalidade de pregão eletrônico prevista no art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e regulamentado pelo Decreto Federal n. 10.024/19, na forma de execução INDIRETA dos serviços, sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço por ITEM.**

**II** - Deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 1% (um por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

**III - NÃO DIVULGAÇÃO DOS PREÇOS ESTIMADOS:** Na busca da proposta mais vantajosa por meio da disputa dos licitantes, opina-se pela não divulgação do preço estimado dos serviços (Acórdão TCU n. 2898/2008 – Plenário).

### 8.2 LICITAÇÃO POR ITEM:

I - Inicialmente esta unidade optou pelo agrupamento de todos os resíduos sólidos em um único lote dada a sua única classificação de PERIGOSOS, CLASSE I, na definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012 e **RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, de acordo com a classificação da **NBR 12.808:2016**. Além de possuírem a mesma natureza, todos estão submetidos a regras semelhantes para coletas, transporte e armazenamento temporário, apenas diferindo em ao local de coleta e à destinação final adequada à legislação ambiental, na forma da **Licença Ambiental de Operação – LAO** das empresas. Buscava-se, também, redução de preços com a **economia de escala** (conceito econômico cujo significado é a possibilidade de reduzir o custo médio de um determinado produto/serviço pela diluição dos custos fixos em um

número maior de unidades produzidas ou prestadas), já que empresas poderim repassar a eventual redução dos custos em sua proposta

II - Contudo, o desfecho deserto do primeiro certame e o fracasso do segundo, sendo este justamente em função da negativa da licitante detentora do menor preço negociado - nos limites do valor estimado - em reduzir o preço superior ao valor estimado de alguns itens que integravam o lote, fez com que essa unidade alterasse a modelagem da contratação, passando para itens isolados. Isso porque as empresas que comprarecerem ao certame poderão ofertar propostas para todos os resíduos, já que possuem a mesma classificação de perigosos e essa medida afastará o incidente acima descrito em relação à negociação de preços quando se trata de lote único. Importante registrar que, obrigatoriamente, somente serão aceitos preços que estiverem nos limites dos valores estimados para cada item.

III - Tal modelagem também ficou ajustada entre os representantes de todos os órgãos partícipes desta contratação, conforme pode ser comprovado pelo seguinte registro que consta na ata da reunião juntada no eventoo [0816143](#):

(...)

VI - Em função de aspectos operacionais, inclusive quanto à utilização da futura ARP, a licitação será realizada por item, e não mais por lote único. Cada item corresponderá a um tipo de resíduo e terá como quantitativo a soma informada por todos os órgãos participantes;

(...)

### 8.3 DA INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:

I - Independentemente do valor estimado dos itens, entende-se que não seja recomendável restringir a participação no certame às ME/EPP's. Isso porque a consulta ao mercado revelou um universo limitado de fornecedores potenciais. Dessa forma tem-se como razoável a ampliação da competição também às empresas de categoria econômica superior. Tal ampliação, dessa forma justificada, encontra amparo no art. 49, III, da LC n. 123/2006 e pelo art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/2015.

II - As ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

### 8.4 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

I - A proposta de preços deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos, aí incluídas as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

II - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

III - No preenchimento da proposta, a licitante deverá detalhar o preço unitário e total para a coleta do quilograma (kg) para cada item que esteja apresentando proposta e também o valor total de sua proposta.

IV - Além das demais declarações, **LICITANTE DEVERÁ INDICAR EXPRESSAMENTE EM SUA PROPOSTA SE UTILIZARÁ ATERRO SANITÁRIO PARA DISPOSIÇÃO FINAL DE ALGUM RESÍDUO, DESDE QUE DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL;**

V - **NA HIPÓTESE DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS EM ATERRO SANITÁRIO, A LICITANTE DEVERÁ TAMBÉM ANEXAR A SUA PROPOSTA DE PREÇOS DOCUMENTAÇÃO EXPEDIDA PELA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA LOCALIDADE ONDE O**





**ATERRO ESTÁ INSTALADO), COMPROVANDO QUE ESTÁ AUTORIZADA PARA REALIZAR O DEPÓSITO DESSES MATERIAIS NO LOCAL;**

VI - Qualquer alteração do local de disposição final, ao longo da execução contratual, deverá ser comunicada ao TRE de Rondônia com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, acompanhada da respectiva documentação exigida pela legislação ambiental;

VII - A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos e condições deste termo de referência, do edital e seus anexos, não sendo aceita oferta de serviço com características e quantidades diferentes das indicadas nesses documentos;

**VIII - Sob pena de desclassificação**, a proposta deve ser elaborada e apresentada nos moldes do **ANEXO I** deste termo de referência;

a) As licitantes deverão apresentar o documento de proposta - na forma do **ANEXO I** - contendo todos os elementos ali relacionados, junto com a proposta, **exclusivamente**, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

IX - Será considerado vencedora a proposta que ofertar o menor preço para o item cotado, observado ainda, como teto na aceitação, o valor estimado para cada item.

## **8.5 DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO:**

**8.5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E FISCAL:** De acordo com as regras-padrões do edital.

**8.5.2 Qualificação técnica:** Para comprovação da qualificação técnica e capacidade operacional das licitantes, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**I** - comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, consistente na apresentação de no mínimo 01 (um) **atestado de capacidade técnico-operacional**, em nome da empresa, comprovando a execução de serviços objeto da licitação.

a) considera-se atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação qualquer atividade relacionada ao gerenciamento de resíduos sólidos CLASSE I – PERIGOSOS, na forma abaixo indicada:

b) coleta e transporte de resíduos sólidos perigosos;

c) tratamento e disposição final ambientalmente adequada ou destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos perigosos.

**d) somente será permitida a soma de atestados quando se tratar de execução de serviços em períodos concomitantes, realizados em um período máximo de um ano;**

e) os atestados poderão ser originários de pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a licitante tenha prestado ou esteja prestando serviço similar de complexidade operacional equivalente ou superior;

f) tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório;





g) A licitante **poderá** apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração se for o caso, a fim de evitar diligências durante a fase de habilitação técnica.

**II - Indicação/declaração de contratação futura de responsável técnico**, conforme modelo contido no **ANEXO IV**: A licitante deverá indicar, caso já tenha em seu quadro de pessoal, o responsável técnico devidamente registrado no conselho de classe responsável pela fiscalização das atividades dos serviços para os quais está ofertando proposta. Caso não tenha, deverá declarar que terá o profissional em seu quadro de pessoal até a data da assinatura do contrato (Acórdãos TCU n. 800/2008 e n. 1762/2010, ambos do Plenário). Nas duas hipóteses, acompanhada da declaração de anuência do profissional.

a) Entende-se como quadro de pessoal da licitante:

a1) o dirigente ou sócio;

a2) o empregado;

a3) o detentor de contrato de prestação de serviço.

b) quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante a comprovação será feita pelo ato constitutivo da empresa;

c) caso o profissional indicado como responsável técnico para a execução dos serviços **NÃO** seja dirigente ou sócio da empresa, a licitante deverá apresentar **até a data da assinatura do contrato** a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou outro documento idôneo da comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa;

d) no caso de duas ou mais licitantes apresentarem um mesmo profissional como responsável técnico como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

e) os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão atuar nessa condição na prestação dos serviços, admitindo-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização do órgão contratante.

**III - Declaração de disponibilidade**, conforme modelo contido no **ANEXO V**, indicando:

a) Que disporá até a data da contratação, de todos os equipamentos e instalações adequadas para a prestação dos serviços que está apresentando proposta;

b) que os serviços de coleta, manuseio e transporte serão realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP (art. 15 do Decreto n. 96044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

c) que o transporte será realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da ABNT NBR 13221:2017 e da ABNT 12810:2020, da Licença Ambiental de Operação – LAO para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

d) que apresentará os documentos comprobatórios da comprovação da destinação final dos resíduos sólidos por meio do **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, de acordo com as normas da **Portaria do Ministério do Meio Ambiente n. 280, de 29/06/2020**.

**IV - Certificado de Regularidade válido**, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, devendo conter a listagem das atividades previstas no **Cadastro Técnico**



**Federal** relacionadas ao objeto do certame, ou para os itens que a licitante estiver apresentando proposta, conforme art. 17, inciso II, da Lei n. 6938/81, com redação dada pela Lei n. 7804/89 e art. 8º, inciso XVII, da Lei n. 12.305/10;

**V - Licença Ambiental de Operação – LAO**, regular e válida, expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município - SEMA de Porto Velho (de acordo com a Lei Complementar Municipal n. 138, de 28 de dezembro de 2001 e do Decreto Municipal n. 14756, de 12 de setembro de 2017) **para as atividades de coleta, transporte rodoviário municipal, armazenamento temporário e destinação final adequada de resíduos Classe I;**

**NOTA:** Apenas será exigida a Licença Ambiental de Operação – LAO para a destinação final, caso a licitante declare na sua proposta que ela própria fará a destinação final dos resíduos Classe I coletados. Nesse caso, a licença será expedida pelo órgão competente para a atividade de destinação final.

**VI - Licença Ambiental de Operação – LAO**, regular e válida, **expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou órgão competente equivalente**, sempre que qualquer atividade relacionada à prestação dos serviços objeto do certame **NÃO** seja da competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho - SEMA de Porto Velho.

## 9. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - Homologado o resultado da licitação, as adjudicatárias serão formalmente convocadas para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura contratação, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada às propostas vencedoras, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93;

a) a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

b) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

c) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

II - Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, deverá ser comprovada a regularidade da adjudicatária com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a adjudicatária deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

III - O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à assinatura da ARP, situação em que outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ARP (§ 2º do art. 48 do Decreto n. 10.024/2019), sujeitando-se também a adjudicatária à **multa de 30% (trinta por cento)** incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 49 do Decreto n. 10.024/2019 c/c o art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não assinar a ata de registro de preços).

IV - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União;

V - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados,

cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

## **9.1 DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:**

**9.1.1** Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços previstos no art. 5º do Decreto n. 7.892/2013 e suas alterações, especificamente o que segue:

I - Disponibilizar a ata de registro de preços aos órgãos participantes;

II - Gerenciar a ata de registro de preços;

III - Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

IV - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;

V - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

VI - Fazer o controle permanente da variação dos preços do mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

VII - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 22 do Decreto n. 7892/2013, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

**9.1.2** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

III - Deverão ser convocados os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**9.1.3** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

II - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

## **9.2 DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

**9.2.1** Caberá aos órgãos participantes a prática de todos os atos previstos no art. 6º do Decreto n. 7.892/2013 e suas alterações, especificamente o que segue:

I - Tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

II - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **10. CONTRATO**

## 10.1 PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À ASSINATURA DO CONTRATO:

**I** - Na forma do art. 62 da Lei n. 8.666/93, será firmada carta-contrato com as compromissárias. No ato da assinatura do contrato as compromissárias deverão apresentar:

a) se ainda não fez durante o certame licitatório, a **cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços** ou outro documento idôneo da comprovação do vínculo do **responsável técnico** indicado na licitação;

b) o nome, telefone e email de um representante da empresa para atuar como responsável da empresa com poderes de decisão e necessária solução de problemas relacionados à execução dos serviços, troca de informações, esclarecimentos e resoluções de questões administrativas que eventualmente possam surgir da relação contratual;

c) regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a adjudicatária deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

**II** - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por email um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a compromissária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO;

**III** - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela compromissária. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela compromissária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;**

**IV** - O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, celebrar o contrato (§ 2º do art. 48 do Decreto n. 10.024/2019), sujeitando-se também a compromissária à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 49 do Decreto n. 10.024/2019 c/c o art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não assinar o contrato).

## 10.2 REGRAS GERAIS APLICÁVEIS AO CONTRATO:

**I** - Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

**II** - Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

**II** - À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/93, a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou alterá-la; as leis e normativos federais, principalmente a Lei n. 12.305/2010, estaduais e municipais que versem sobre o presente objeto, as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e demais órgãos que expeçam normativos para os serviços tratados neste termo de referência e supletivamente a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

### 10.3 DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS:

I - Para garantir a plena e eficaz execução dos serviços, poderá a contratada subcontratá-los parcialmente (art. 89 da IN TRE-RO n. 04/2008).

II - A subcontratação deverá ser previamente aprovada pela contratante.

III - Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da contratada de modo a proporcionar o andamento harmonioso dos serviços em relação ao todo do objeto.

IV - A eventual empresa subcontratada deverá comprovar todos os requisitos de habilitação técnica exigidos pelo edital e seus anexos para a execução dos serviços contratados.

V - A subcontratação de partes do objeto não libera a contratada de quaisquer responsabilidades legais e/ou contratuais.

VI - Responderá a contratada perante a Administração e terceiros pela parte que subcontratou.

### 10.4 PRAZO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO, REAJUSTE, ALTERAÇÕES E EVENTUAL REEQUILÍBRIO DO CONTRATO:

**10.4.1 Prazo de execução:** No TRE/RO: A contratada deverá fazer a coleta no prazo de até 15 (quinze), a partir da data de autorização e agendamento com o gestor do contrato, obedecendo-se ao cronograma das coletas.

**10.4.2 Prazo vigência:** No TRE/RO: 12 meses a partir a data de assinatura. Nos demais órgãos: De acordo com a definição de cada órgão.

**10.4.3 Reajuste de preços:** Os preços dos serviços serão fixos e irrevogáveis. Contudo, caso ocorra a prorrogação dos contratos originados nas atas de registro de preços, os valores estipulados em contrato poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo, de acordo com regulamentação do órgão governamental competente.

**10.4.4 Reequilíbrio:** Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

**10.4.5 Alterações do contrato:** Havendo interesse da Administração, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

### 10.5 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

I - Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

II - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

III – Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;

IV - Assegurar o acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

**V** - Fornecer todas as informações solicitadas pelos órgãos competentes, relativas à natureza, ao tipo, às características e ao gerenciamento dos resíduos produzidos;

**VI** – Permitir à contratada, sob seu acompanhamento e se necessário, a segregação e o acondicionamento dos resíduos sólidos armazenados em suas dependências nos termos das normas legais e regulamentares;

**VII** - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

**VIII** - Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos serviços em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

**IX** - Rejeitar, através do fiscal contrato, os serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução dos serviços;

**X** - Receber os serviços, através do fiscal contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste termo de referência e no contrato, certificando as notas Fiscais pela prestação dos serviços;

**XI** - Realizar o pagamento pelos serviços prestados na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato;

**XII** - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

## **10.6 DO PAGAMENTO:**

**I** - O pagamento será realizado após o recebimento definitivo dos serviços, atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Fatura/Nota Fiscal.

**II** - A contratada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal o **termo de recebimento definitivo** dos serviços expedido pelo fiscal do contrato;

**III** - Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento deverá à contratada deverá demonstrar a regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça.

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

**IV** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

**V** - Sobre os valores dos serviços serão aplicadas as retenções legais, no que couber, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.





**VI** - Pelos eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)/365}{(6/100)/365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

a) a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

## 10.7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

**I** - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução dos serviços nos termos estabelecidas no edital e seus anexos, na sua proposta comercial e no instrumento de contrato, especialmente o prazo definido para realizar as coletas dos resíduos sólidos;

**II** – Participar de reuniões com a Administração contratante ou responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução dos serviços;

**III** - Apresentar-se e manter-se em condições de plena regularidade e validade todos os documentos e comprovações previstos neste contrato e na legislação aplicável aos serviços;

**IV** – Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

**V** - Executar os serviços de coleta, manuseio e transporte com a utilização de equipamentos de proteção individual pelos profissionais qualificados e treinados, com curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP (art. 15 do Decreto n. 96044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

**VI** - Executar as coletas nas datas agendadas com o fiscal ou o gestor do contrato;

**VII** – Garantir que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina durante o período de permanência nas dependências do contratante, recomendando-se o uso de uniforme da empresa, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, chinelos de dedo, camisetas regatas ou sem camisa);

**VIII** - Realizar o transporte em veículo apropriado, de acordo com as normas da ABNT NBR 13221:2017 e ABNT NBR 12810:2020, da Licença Ambiental de Operação – LAO para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

**IX** - Caso não seja a responsável pela destinação final, emitir o **Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR**, documento numerado, gerado por meio do SINIR, que deverá acompanhar o transporte do resíduo até a destinação final ambientalmente adequada;

**X** - Apresentar, tão logo esteja em seu poder, o **Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDF**, documento do SINIR emitido pelo Destinador e de sua exclusiva responsabilidade que atesta a tecnologia aplicada ao tratamento e/ou destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos em suas respectivas quantidades, contidos em um ou mais MTRs;





**XI** – Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento notificação, salvo justificativa razoável;

**XII** - Manter os profissionais indicados no certame licitatório como responsável técnico para atuar nessa condição durante a prestação dos serviços. Admite-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência de caso fortuito ou força maior, apenas por profissionais com perfis técnicos equivalentes ou superiores e mediante prévia autorização do órgão contratante;

**XIII** – Responsabilizar-se pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelo contratante e por ela recolhidos, incluindo o transporte, eventual armazenamento e a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada, obrigando-se a ressarcir ao contratante quaisquer despesas que essa venha a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais;

**XIV** - Apresentar ao contratante **os registros e comprovantes de TODOS** as movimentações dos resíduos que sejam de sua responsabilidade até a destinação final por meio do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR;

**XV** - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;

**XVI** – Apenas subcontratar parcialmente os serviços com prévia anuência do contratante e com observância estrita das regras definidas no contrato;

**XVII** - Responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do contrato (Art. 70 da Lei n. 8666/93), não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade a eventual subcontratação parcial dos serviços e o fato de o contratante fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços;

**XVIII** - Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça;

**XIX**- Apresentar todos os documentos exigidos pelo contrato para ter direito ao pagamento dos serviços executados de forma definitiva;

**XX**- Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**XXI** - Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pela Administração contratante, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à contratada, durante e após a vigência do contrato;

**XXII** - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da presente contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total estimado do contrato, na forma do artigo 65, § § 1º e 2º, da Lei n. 8666/93.

**XXIII** - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização do contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações solicitadas;

**XXIV** - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência – após a assinatura do contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

**XXV** - Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável aos serviços objeto do contrato.

## **10.8 PROIBIÇÕES EXPRESSAS À CONTRATADA:**

**I** – Além de outras proibições contidas na legislação e normativos ambientais, são expressamente proibidas à contratada, conforme disposto na Lei n. 12305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos e/ou rejeitos:

- a) lançamento em quaisquer corpos hídricos.
- b) lançamento *in natura* a céu aberto.
- c) queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- d) outras formas vedadas pelo poder público;
- e) deposição inadequada no solo;
- f) deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
- g) lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados.
- h) infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental competente;
- i) utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente.
- j) utilização para alimentação humana.

## **11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1 SANÇÕES MORATÓRIAS:** Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa moratória, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

**I** - Descumprir o prazo máximo de 15 (quinze) dias, após agendamento com o fiscal ou o gestor do contrato, para executar a coleta dos resíduos sólidos:

- a) até 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- c) de 11 (onze) a 30 (trinta) dias de atraso: multa de 5% (cinco) do valor contratado para o serviço em atraso;
- d) atrasos superiores a 30 (trinta): multa de 6% (seis) por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**II** - Descumprir o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para refazer ou corrigir os serviços não recebidos pela fiscalização:

- a) até 5 (cinco) dias úteis de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos;



c) de 11 (onze) a 15 (trinta) dias úteis de atraso: multa de 10% (dez) do valor contratado para o serviço não recebidos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**III -** Descumprir a obrigação de registrar e apresentar ao contratante os registros de todas as movimentações, até a destinação final, dos resíduos sólidos no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR:

a) até 5 (cinco) dias úteis de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado;

b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado;

c) de 11 (onze) a 15 (trinta) dias úteis de atraso: multa de 10% (dez) do valor contratado; podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**IV -** Praticar qualquer ato que embarace ou impeça a destinação final dos resíduos ou sua regular comprovação por meio do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR: multa de 10% (dez) do valor contratado, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**V -** Descumprir de forma injustificada os prazos fixados pelo fiscal ou gestor do contrato para o cumprimento das demais obrigações contratuais, contados do recebimento da notificação:

a) Até 5 (cinco) dias úteis: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;

b) De 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis: multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;

c) Mais de 10 (dez) dias úteis: multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

**11.2 SANÇÕES PUNITIVAS:** Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:

**I -** advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

**II -** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total estimado do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

**III -** suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**IV -** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10.520/02).

**11.3** Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

**11.4** O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

**11.5** A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

**11.6** Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6830/80**).

**11.7** As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

**11.8** O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

## 12 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

### 12.1 No TRE-RO:

I - A fiscalização do contrato será realizada:

- a) Pelo titular da **Seção de Voto Informatizado e Urnas Eletrônicas - SEVUE**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
- b) Pelo titular da **Seção de Assistência Médica e Social - SAMES**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
- c) Pelo titular da **Seção de Manutenção Predial - SEMAP**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
- d) Pelo titular da **Seção de Administração Predial - SEAP**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
- e) Pelo titular da **Seção de Almoxarifado - SEALM**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos informados por essa unidade;;



f) Pelo titular da **Coordenadoria da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos demais resíduos.

II – A gestão do contrato será realizada pelo titular da **Coordenadoria da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP**, ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

III - A unidade gestora poderá solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do Tribunal.

**12.2** Nos demais órgãos participantes: De acordo com a definição de cada um deles.

### 13. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES

**13.1** As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Termo de Referência serão esclarecidas por Rudma Rosa Costa da Coordenadoria de Material e Patrimônio, na Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones \_\_\_\_\_ ou ainda, pelo e-mail \_\_\_\_\_.

### 14. ANEXOS

**14.1** Integram este Termo de Referência:

Informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação (0842157)

ANEXO I – Modelo padronizado de proposta (0858534);

ANEXO II – Termo de recebimento provisório (0843679 )

ANEXO III – Termo de recebimento definitivo (0843680 )

ANEXO IV – Modelo de indicação de responsável técnico (0843683);

ANEXO V – Modelo de Declaração de disponibilidade (0858541).



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 21/07/2022, às 10:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0858530** e o código CRC **B5452B73**.

0002221-59.2021.6.22.8000

0858530v3

Criado por 012282712356, versão 3 por 009193402356 em 21/07/2022 10:39:55.